

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2015

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL

CNPJ: 20.119.509/0001-65

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), privada, sem fins lucrativos, que administra planos de benefícios previdenciais e assistenciais. A Fundação foi constituída em 31 de agosto de 1992, por prazo indeterminado, conforme Portaria nº 322 do Ministério da Previdência Social, sob forma de Fundação de direito privado, nos termos do Artigo 5º, item II, da Lei 6.435 de 15 de julho de 1977, revogada pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

A Fundação Libertas é o resultado da fusão entre a PREVICAXA – Fundação de Seguridade Social da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e a FUNDASEMG – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais.

No mês de Agosto de 2012, a Fundação alterou sua razão social de PREVIMINAS – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MINAS GERAIS para **FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL**.

A Fundação não gera e nem distribui lucro ou participações em investimentos. A contabilidade está localizada em sua sede, situada no município de Belo Horizonte/MG, e é registrada em livros obrigatórios, com observância das disposições legais vigentes.

Os Planos de Benefícios Previdenciais possuem autonomia patrimonial, e seus recursos são aplicados conforme Políticas de Investimentos aprovadas por seu Conselho Deliberativo, respeitadas as diretrizes da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 e posteriores alterações.

Anualmente são realizados estudos atuariais de acordo com as características de cada Plano, consubstanciado em Pareceres Técnicos Atuariais, cujo objetivo é dimensionar as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, além de definir os respectivos Planos de Custeio.

1.1 Patrocinadoras

A Fundação Libertas é uma entidade Multipatrocinada, com planos patrocinados pelas seguintes empresas:

- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG);
- Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB/MG);
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG);
- Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE);
- Fundação Libertas de Seguridade Social.
- Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA);
- Minas Gerais Administração e Serviços S/A (MGS).

1.2 Planos Previdenciais

A Fundação Libertas administra um Plano de Gestão Administrativa e 12 Planos de Benefícios Previdenciários, registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano	CNPB	Modalidade	Patrocinadora
CODEMIGPREV – CD	2013.0016-65	Contribuição Definida	CODEMIIG
COHAB SALDADO – BD	1982.0027-19	Benefício Definido	COHAB/MG
COHABPREV – CD	2008.0030-19	Contribuição Definida	
COPASA FECHADO – BD	1982.0028-83	Benefício Definido	COPASA/MG
COPASA SALDADO – BD	2010.0024-74	Benefício Definido	
COPASA – CD	2010.0022-29	Contribuição Definida	
PRODEMGE FECHADO – BD	1994.0015-18	Benefício Definido	PRODEMGE
PRODEMGE SALDADO – BD	2014.0013-83	Benefício Definido	
PRODEMGE CD	2012.0019-47	Contribuição Definida	
FUNDAÇÃO LIBERTAS CD	2011.0012-18	Contribuição Definida	FUNDAÇÃO LIBERTAS
IMA – BD	1998.0005-83	Benefício Definido	IMA
MGS - BD	1992.0009-56	Benefício Definido	MGS

A Fundação Libertas também administra 3 Planos de Benefícios Previdenciários, registrados no CNPB junto à PREVIC, que foram objetos de estratégia previdenciária, conforme descrito no item 1.2.1 desta nota, mas que possuem saldos patrimoniais remanescentes.

Plano	CNPB	Modalidade	Patrocinadora
FUNDAÇÃO LIBERTAS BD	1992.0003-11	Benefício Definido	FUNDAÇÃO LIBERTAS
COMIG – BD	1987.0005-11	Benefício Definido	CODEMIIG
CDI - BD	1982.0026-38	Benefício Definido	

1.2.1 Estratégias previdenciárias

- Em 2008, houve o saldamento do plano de Benefício Definido da patrocinadora COHAB. No mesmo ano, foi criado o plano na modalidade de Contribuição Definida.
- Em novembro de 2010, a patrocinadora COPASA efetuou o fechamento do Plano de Benefício Definido, constituindo, na mesma data, dois novos planos: Plano Saldado, com benefícios assemelhados ao Plano BD Fechado e Plano de Contribuição Definida.
- Em 2011 foi concluída estratégia previdencial do Plano de Benefícios oferecido aos empregados da própria Fundação Libertas, que culminou na criação de plano de benefício na modalidade de Contribuição Definida, e obteve a migração espontânea da totalidade dos participantes e assistidos do plano de Benefícios Definido para o novo plano criado.
- Em dezembro de 2012, foi implantado Plano de Contribuição Definida da patrocinadora PRODEMGE. Em Novembro de 2014 ocorreu a cisão do Plano Prodemge BD, possibilitando a migração de seus participantes e assistidos para o Plano Prodemgeprev ou para o Plano Prodemge Saldado, criado na mesma data. A Fundação Libertas aguarda aprovação da PREVIC em relação a retirada de Patrocínio do Plano Prodemge BD.
- Em outubro de 2013, foi aprovado o Plano de Contribuição Definida da patrocinadora CODEMIG. Também em outubro de 2013, foi homologado pela PREVIC o pedido de retirada de patrocínio do plano COMIG, cuja data efetiva ocorreu em Abril de 2014. Em Julho de 2015, foi homologado pela PREVIC o pedido de retirada de patrocínio do plano CDI, cuja data efetiva ocorreu em Novembro/2015,
- Para o Plano de Benefícios patrocinado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), a Fundação Libertas aguarda aprovação da PREVIC em relação a sua retirada de Patrocínio, uma vez que trata-se de Autarquia Estadual regida pelo Regime Jurídico Único (RJU), de aplicabilidade ao servidor público civil do Estado de Minas Gerais, que nos termos da Lei nº 10.254 de 20/07/1990, estaria impedida de

patrocinar planos de benefícios de caráter previdenciário, observadas as particularidades dispostas no §14 do artigo 40 da Constituição Federal. O referido Plano teve seu Convênio de Adesão aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

1.3 Planos Previdenciais encerrados junto à PREVIC

Em 05 de Março de 2015 foi publicado as Portarias nº 115 e 116 que extinguiu os códigos de CNPB, dos planos de Benefícios anteriormente administrados pela Fundação Libertas e que foram alvo de retirada de patrocínio no exercício de 2012:

- Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (DEOP). Cujo plano foi registrado no CNPB sob o nº 1982.0024-92
- Fundação João Pinheiro (FJP). Cujo plano foi registrado no CNPB sob o nº 1982.0025-65

1.4 Plano MINASCAIXA – Em Liquidação Extrajudicial

Após a Liquidação Extrajudicial da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (MINASCAIXA), ocorrida em 15 de março de 1991, os ex-servidores daquela autarquia foram absorvidos pelo quadro de pessoal da administração direta do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, por meio da Lei Estadual nº 10.470/91. Mesmo abrigados sob o Regime Jurídico Único de Estado, os ex-servidores da extinta MINASCAIXA continuaram inscritos no Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela então PREVIC (atual Fundação Libertas). O referido plano é registrado no CNPB sob o nº 1979.0034-83 e foi classificado pelo órgão regulador e fiscalizador na modalidade Benefício Definido.

Por meio da Portaria nº 87, de 21 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro de 2014, a PREVIC decretou, nos termos da Lei Complementar 109 de 29 de maio de 2001, a liquidação extrajudicial do Plano MINASCAIXA, inscrito no CNPB 1979.0034-83.

Por meio da Portaria nº 88, de 21 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro de 2014, a PREVIC nomeou o Sr. Carlos Marcos Soares Durães para exercer a função de Administrador Especial com poderes de liquidação extrajudicial do referido plano.

Os efeitos econômicos e financeiros da liquidação extrajudicial constam descritos no item 4 desta Nota Explicativa, a composição Patrimonial do Plano consta descritas no item 5 juntamente com a composição Patrimonial dos demais planos administrados pela Fundação Libertas.

Ressalta-se que os demais Planos de Benefícios Previdenciários, bem como os Planos de Assistência a Saúde, continuam normalmente sob a administração da entidade, submetidos respectivamente às diretrizes e políticas gerais, à gestão e à fiscalização do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, conforme estabelecido em Estatuto.

Conforme disposto na Lei Complementar nº 109/2001, aplicam-se aos planos de benefícios em liquidação extrajudicial, subsidiariamente, os dispositivos da Lei nº 6.024 de 13 de março de 1974.

1.5 Quantidade de Participantes

A Fundação Libertas possuía em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as seguintes quantidades de participantes em cada um dos planos previdenciais administrados:

PLANOS PREVIDENCIAIS										
Planos	2015					2014				
	Ativos*	Mantidos	Assistidos Temporários	Assistidos Permanente	TOTAL	Ativos*	Mantidos	Assistidos Temporários	Assistidos Permanente	TOTAL
COMIG – BD	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
CDI – BD	-	-	-	-	-	15	1	-	43	59
CODEMIGPREV – CD	108	-	-	54	162	78	-	-	30	108
COHAB SALDADO – BD	35	-	-	56	91	36	-	-	55	91
COHABPREV – CD	83	-	-	1	84	100	-	-	-	100
COPASA FECHADO - BD	239	12	7	301	559	248	14	9	295	566
COPASA SALDADO - BD	1.485	-	-	2.146	3.631	1.668	-	-	1.961	3.649
COPASA – CD	10.520	168	-	733	11.421	10.849	164	-	656	11.669
PRODEMGE FECHADO - BD	21	4	1	14	40	24	9	1	15	49
PRODEMGE SALDADO - BD	10	-	-	162	172	10	-	-	162	172
PRODEMGE CD	901	54	-	116	1.071	896	40	-	114	1.050
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	102	10	-	32	144	104	9	-	34	147
IMA – BD	212	-	-	7	219	227	-	-	9	236
MGS – BD	5.339	20	38	397	5.794	5.580	30	77	384	6.071
TOTAL	19.055	268	46	4.019	23.388	19.839	267	87	3.778	23.971

* Os participantes que foram demitidos e não fizeram opção pelos institutos previstos no regulamento de cada plano, foram alocados no grupo de participantes ativos.

As variações apresentadas entre os exercícios ocorrem devido à movimentação de participantes nos termos dos regulamentos de cada plano. Observam, principalmente: novas adesões; encerramento de vínculo junto ao plano; atualização cadastral e aposentadoria de participantes.

Em novembro de 2015, ocorreu a retirada de patrocínio do Plano CDI, conforme item 1.2.1, com a saída de todos os participantes do plano. Parte deles aderiram ao Plano Codemigprev.

1.6 Planos de Assistência a Saúde

A partir da Lei Complementar 109 de 29 de maio de 2001, as EFPC que, na data da publicação da referida Lei Complementar, prestavam a seus participantes e assistidos serviços assistenciais à saúde puderam continuar a fazê-lo, desde que fosse estabelecido um custeio específico para estes planos e que a sua contabilização e o seu patrimônio fossem mantidos em separado em relação ao plano previdenciário.

Desta forma, a Fundação Libertas administra planos de assistência à saúde na modalidade de AUTOGESTÃO. É registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) através do número 37821-6 e é custeada pelas patrocinadoras, participantes e assistidos, conforme o caso. Os planos de Assistência à Saúde, em operação, vinculados à Fundação Libertas são:

- Plano Assistencial Fundação Libertas;
- Plano Assistencial Prodemge;
- Plano Assistencial Minas Caixa;

Na tabela em sequência, consta a quantidade de participantes em cada um dos planos assistenciais administrados

PLANOS ASSISTENCIAIS								
Planos	2015				2014			
	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL
FUNDAÇÃO LIBERTAS	129	131	66	326	132	139	79	350
PRODEMGE	1.065	1.001	386	2.452	1.058	1.000	380	2.438
MINASCAIXA	2.712	2.339	1.956	7.007	2.903	2.677	2.285	7.865
TOTAL	3.906	3.471	2.408	9.785	4.093	3.816	2.744	10.653

A partir do exercício social de 2010, as EFPC que operavam plano de assistência à saúde passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde - ANS para os registros contábeis.

Portanto, as demonstrações contábeis da Fundação Libertas a partir do referido ano, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPB e PREVIC, são apresentados apenas os saldos totais do Ativo, Passivo e movimentações patrimoniais ocorridas nos planos assistenciais.

Já as movimentações realizadas em conformidade com as normas da ANS são apresentadas nos Demonstrativos Financeiros dos Planos Assistenciais de forma separada. Os saldos constantes nestes demonstrativos são apresentados de forma consolidada, em relação ao conjunto de Planos de Assistência à Saúde. A movimentação individual relacionada a cada Plano Assistencial é acompanhada de forma gerencial.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Fundação Libertas foram elaboradas e estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC, especificamente à Resolução CNPB nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e posteriores alterações, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC – ITG 2001, bem como as demais práticas contábeis brasileiras, quando aplicáveis.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades de forma que a apresentação dos ativos e passivos proporciona informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em: Gestão Previdencial; Gestão Assistencial; Gestão Administrativa e Fluxo dos Investimentos, segundo a natureza e a finalidade das transações. Suas funções são:

- Gestão Previdencial: registra as atividades de cunho Previdencial dos planos de benefícios administrados, tem o objetivo de controlar as contribuições, os benefícios e os institutos de portabilidade, resgate, benefício proporcional diferido e autopatrocínio, bem como o resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- Gestão Administrativa: ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Fundação, possui ativos, passivos e resultados segregados dos planos previdenciais e assistenciais.
- Gestão Assistencial: os registros contábeis relativos à essa gestão, são efetuados em conformidade com as normas contábeis da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

- Fluxo dos Investimentos: destinado ao reconhecimento das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas dos recursos de cada plano previdencial e do Plano de Gestão Administrativa.

Os registros contábeis são realizados por plano e sintetizados em balancetes específicos (Planos Previdenciais, Assistenciais e do Plano de Gestão Administrativa); também é utilizado Balancete Consolidado e balancete Auxiliar (para efetuar os lançamentos decorrentes das operações comuns entre os planos). O exercício social tem seu início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro.

Os modelos dos demonstrativos contábeis, consolidados e por plano, são:

- Balanço Patrimonial Consolidado: é constituído por ativo, passivo e patrimônio social. Ativo compreende bens, direitos e demais aplicações de recursos relativos aos planos. Passivo compreende obrigações operacionais e contingenciais. Patrimônio Social compreende as Provisões Técnicas do plano e seus fundos;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada: evidencia as modifica es no Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios;
- Demonstrac o do Ativo Líquido - por plano de benefício previdencial: evidencia os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios (Ativo, Passivo e Patrimônio Social);
- Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - por plano de benefício previdencial: destina-se a evidenciar as altera es do ativo líquido de cada plano de benefícios;
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - por plano de benefício previdencial: evidencia a composi o das Provisões Técnicas de cada plano de benefício, compostas pelas Provisões Matemáticas, Equilíbrio Técnico; Fundos e Exigíveis;
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidado: apresenta as atividades administrativas da EFPC e as altera es do fundo administrativo.

As Demonstra es Contábeis da Funda o Libertas foram elaboradas em conformidade com as altera es introduzidas pela Instru o PREVIC n  25 de 22 de dezembro de 2015. Adequando, no que for cabível, os demonstrativos referentes ao exercício de 2014.

2.1 Apresenta o do Demonstrativo de Ativo Líquido

A Resolu o CNPC n  16 de 19 de novembro de 2014, incluiu no Demonstrativo de Ativo Líquido, a obrigatoriedade de demonstrar informa es complementares referente a apura o do Equilíbrio Técnico Ajustado.

Tais valores correspondem a soma do Superávit ou Déficit Técnico, contabilizado em 31 de Dezembro de 2015, com os ajustes de precifica o entre o valor contábil dos títulos públicos federais (atrelados a  ndice de preço e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento) e o valor apurado considerando a taxa de juros real utilizada na avalia o atuarial.

A base deste cálculo, bem como os resultados, por plano de benefício previdencial, constam detalhados no item 5.10.1

2.2 Apresenta o da Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa

A Funda o Libertas apresentou no exercício social de 2014 e apresenta no exercício social de 2015 a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) de forma consolidada.

Tal decisão está suportada na materialidade e relevância da informa o frente ao custo benefício para a apresenta o do DPGA segregado por cada plano de benefícios administrado pela entidade.

2.3 Consolidação das Demonstrações Contábeis

A consolidação das Demonstrações Contábeis é efetuada utilizando um balancete auxiliar, cujo objetivo é anular os valores a pagar e a receber entre os planos, a participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico, dentre outros.

A Fundação Libertas ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 anulou as seguintes operações, entre planos, que apresentavam reflexos na consolidação:

		Em R\$ mil
Conta Contábil	Descrição	Valores
1000.00.00.00.00.00-8	ATIVO	(17.897)
1219.00.00.00.00.00-5	Taxa de Administração a Receber	(5.808)
1221.01.00.00.00.00-0	CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO	(2.514)
1221.03.00.00.00.00-8	CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO CONTRATADAS	(107)
1223.00.00.00.00.00-9	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	(9.468)

		Em R\$ mil
Conta Contábil	Descrição	Valores
2000.00.00.00.00.00-6	PASSIVO	17.897
2114.01.00.00.00.00-8	Custeio Administrativo de Saldamento	107
2119.00.00.00.00.00-4	Taxa de Administração a Repassar ao PGA	2.500
2121.01.06.00.00.00-3	Valores a Devolver para os Plano Previdencial	5.767
2137.01.05.00.00.00-6	Taxa de Administração sobre os Empréstimos	55
2312.01.01.01.00.00-6	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.538
2312.01.01.02.00.00-5	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	11.142
2312.01.02.00.00.00-6	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(18.680)
2322.02.01.00.00.00-4	Participação dos Planos Previdenciais no Fundo Administrativo - PGA	9.468

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais, dos planos assistenciais e do Plano de Gestão Administrativa, de modo a identifica-los separadamente. As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação estão resumidas a seguir.

3.1 Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EFPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, dentre outros:

- Ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: apurados conforme manual de precificação do agente custodiante;
- Ajuste do valor dos ativos classificados como investimentos imobiliários: avaliados por profissional especializado, conforme definido em legislação pertinente;
- Provisões para contingências: cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados responsáveis pelas ações, observadas as diretrizes da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Nº 1.180 de 24 de julho de 2009;
- Provisões Matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional externo habilitado.

A liquidação ou realização das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3.2 Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Os registros contábeis dos investimentos são efetuados por tipo de ativo (Títulos Públicos; Créditos Privados; Fundos de Investimentos; Investimentos Imobiliários; Operações com participantes e Outros Realizáveis de Investimentos). Dentro de cada grupo de ativos, os registros são alocados de acordo com seu emissor.

A composição dos bens que compõem o ativo realizável está apresentada no item 5.3 e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento dos resultados são os seguintes:

3.2.1 Ativos de renda fixa

Os títulos de renda fixa (Títulos Públicos, Créditos Privados; Fundos de Investimentos) são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base no critério de precificação dos ativos e deduzidos de eventuais provisões para perda e deságios.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

3.2.1.1 Critério de precificação dos ativos

A Resolução CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002, estabelece que os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias das EFPC e das carteiras de fundos de investimentos exclusivos, devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados como: Títulos mantidos até o vencimento ou Títulos para negociação, desde que sejam observados os demais parâmetros disposto na referida resolução.

Os Títulos mantidos até o vencimento são os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados como de baixo risco de crédito. Esses títulos devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com a taxa contratada, os quais devem impactar o resultado de cada período, conforme detalhamento no item 5.3.4.

Na categoria Títulos para negociação devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independente do prazo a decorrer da data da aquisição. Esses títulos devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes mensais, em conformidade com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

3.2.2 Ativos de renda variável

As aplicações no segmento de Renda Variável são feitas por meio de Fundos de Investimentos. Esses investimentos são demonstrados pelos valores de realização, conforme o valor das cotas de cada Fundo, na data-base das demonstrações contábeis.

3.2.3 Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição e ajustados pelo valor das reavaliações efetuadas. Os registros das receitas com locação dos imóveis são feitos no mês de competência, sua composição é demonstrada no item 5.3.5.

A provisão para perdas prováveis na realização dos valores a receber é constituída com base no valor vencido, conforme número de dias em atraso.

Conforme previsto na Política de Investimentos, a Fundação Libertas utiliza a prerrogativa constante na Instrução Normativa PREVIC nº 15 de 12 de novembro de 2014, para realizar anualmente a reavaliação da carteira de imóveis, o que a dispensará do registro da depreciação mensal.

3.2.4 Operações com Participantes:

As operações com participantes são registradas pelo valor atualizado dos débitos oriundos de empréstimos concedidos por cada Plano de Benefícios, sua composição é demonstrado no item 5.3.6.

As provisões para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes são constituídas com base nos valores vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atraso.

3.3 Ativo Permanente – Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição. Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, com base em alíquotas anuais. Sua composição está apresentada no item 5.4.

Em virtude da materialidade e volume, a Fundação Libertas não efetua teste de *impairment* nos bens registrados no ativo permanente.

3.4 Exigíveis

3.4.1 Exigível Operacional

É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis que representam obrigações relativas às gestões previdenciais e administrativas, bem como passivos operacionais de investimentos dos planos.

A composição detalhada das obrigações do exigível operacional está apresentada nos itens 5.5; 5.6 e 5.7.

3.4.2 Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões contingenciais em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado por meio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados que patrocinam os processos. As contingências são classificadas e registradas de acordo com os planos e a gestão de origem (previdencial, administrativa e de investimentos);

A composição das obrigações que compõem o exigível contingencial está apresentada no item 5.8.

Para o Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial) foram realizadas provisões fundamentadas em solicitação do Administrador Especial, em conformidade com o disposto no item 4, desta nota explicativa.

3.4.3 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas dos Planos na modalidade de Benefício Definido são calculadas atuarialmente, de acordo com a base de dados cadastrais de Participantes e Assistidos, na data base de Avaliação Atuarial, considerando também as hipóteses biométricas e demográficas (mortalidade/sobrevivência), bem como as premissas econômicas e financeiras adotadas.

As Provisões Matemáticas dos Planos na modalidade de Contribuição Definida são apuradas com base nas reservas formadas pelos participantes e patrocinadoras, acrescidas da variação patrimonial do plano.

A composição das obrigações constantes no grupo de Provisões Matemáticas, para cada plano de benefícios, está apresentada no item 5.9 desta nota explicativa.

3.4.4 Equilíbrio Técnico

O Resultado dos Planos de Benefício Definido é apurado considerando o Patrimônio de Cobertura, frente aos compromissos futuros do Plano (Provisões Matemáticas),

O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de Reserva de Contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência

[10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática deduzidas das Provisões Matemáticas à constituir.

O excedente da Reserva de Contingência, será utilizado para constituição da Reserva Especial para Ajuste do Plano.

Em caso de déficit, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

- Limite de Déficit Técnico Acumulado

1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática deduzidas das Provisões Matemáticas à constituir.

O cálculo de duração do passivo consta no item 5.9.1, e o superávit ou déficit técnico de cada plano, bem como os valores limite referentes a sua distribuição ou equacionamento, quando aplicável, está apresentado no item 5.10.

3.4.5 Fundos

3.4.5.1 Fundo Previdencial

São constituídos com base em Avaliações Atuariais, por exigência regulamentar, com destinação específica. Na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos fundos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

Os Fundos Previdenciais dos planos de benefícios administrados pela Fundação Libertas estão apresentados na nota 5.11.1.

3.4.5.2 Fundo dos Investimentos

O Fundo para o segmento de operações com participantes (Empréstimos), é denominado "Fundo de Quitação por Impossibilidade de Cobrança", sua constituição e utilização dos foi aprovado no exercício de 2013.

Os Fundos de Investimentos dos planos de benefícios administrados pela Fundação Libertas estão apresentados no item 5.11.

3.5 Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos deve ser constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, adotam-se os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

As constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso incidem somente sobre o valor das parcelas vencidas.

3.6 Regime Tributário

3.6.1 PIS e COFINS

A apuração da base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS está condizente com o que dispõe a Lei nº. 9.718, de novembro de 1998, e suas alterações. Observando, inclusive, as discussões judiciais mencionadas no item 5.8.2.1.

3.6.2 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as EFPC de retenção na fonte e o pagamento em separado do Imposto de Renda sobre ganhos nas aplicações dos recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios, a partir do exercício de 2005.

A Lei nº 10.426 de 24 de abril de 2002, isentou as EFPC da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2002.

3.7 Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas.

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil da competência de exercícios.

Eventuais Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio, decorrentes de investimentos em fundos de ações, são reconhecidos após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.8 Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais, em conformidade com regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

A variação patrimonial do PGA observa as receitas administrativas decorrentes das gestões Previdenciais e de Investimentos; as Receitas Diretas; além do reembolso dos planos assistenciais. Registra também as deduções das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo constante no PGA é registrado, por força da legislação vigente, nos Planos de benefícios previdenciais, porém, não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. Estes valores são detalhados no item 5.11.2.

Os planos assistenciais registrados na ANS devem reembolsar o exato valor das suas despesas administrativas, sendo vedada a formação de fundo administrativo ou a utilização dos Fundos Administrativos previdenciais para suportar eventuais insuficiências administrativas assistenciais.

As Despesas Específicas de cada plano são alocadas diretamente ao PGA do plano que as originou. Já as Despesas Comuns são alocadas conforme critério de rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo, e leva em consideração, a ponderação entre o número de participantes e assistidos e o patrimônio dos Planos.

O critério de rateio no âmbito do Plano de Gestão Administrativa, com vigência a partir de Abril de 2015, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 303ª reunião ordinária, realizada na data de 06/02/2015. Nele é

possível observar a apropriação das despesas comuns para a Gestão Assistencial e para a Gestão Previdencial destacada na planilha em seguida:

Tipo de Planos	Percentual
DPGA - Planos Previdenciais	71,72%
DPGA – Planos Assistenciais	28,28%
TOTAL	100,00%

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 e são definidas no Plano de Custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O Plano de Custeio aplicado a partir de Abril de 2015 não prevê a cobrança de “Taxa de Carregamento” sobre as Contribuições Normais e Extraordinárias da Patrocinadora, Participantes e Assistidos e sobre os contratos assinados junto as patrocinadoras (Ver item 5.1.2.2)

4 EFEITOS DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO PLANO MINAS CAIXA

4.1 Balanço Geral de liquidação do Plano em 24 de fevereiro de 2014

Em decorrência da Liquidação Extrajudicial do Plano Minas Caixa, conforme item 1.4, e em observância ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar 109/2001, em 24 de fevereiro de 2014 foi gerado o Balancete Geral de Liquidação, com base nas seguintes diretrizes:

- Os saldos constantes nas contas contábeis de Patrimônio de Cobertura do Plano, foram transferidos para as contas de Liquidação Extrajudicial, e totalizaram R\$ 192.292 mil, já líquido da insuficiência patrimonial do plano.
- Foi apurado o encerramento das contas de resultado do plano, nos seguintes totais:

Em R\$ mil

Descrição	Valor
Adições	513
Deduções	(4.446)
Cobertura das Despesa Administrativa	(1)
Fluxo dos Investimentos	(122)
Transferência para as contas de Liquidação Extrajudicial	(192.292)
Reversão das Provisões Matemáticas	196.348

4.2 Registros Patrimoniais – Exercício de 2014 e 2015

Decretada a liquidação extrajudicial, o liquidante, na forma do artigo 50 da Lei Complementar 109/2001, além de realizar o ativo e liquidar o passivo, organizará o Quadro Geral de Credores.

Em 16 de dezembro de 2014 foi publicada a Lei Estadual 21.527, que autorizou o Estado a receber o patrimônio remanescente do acervo do extinto Plano Minas Caixa liquidado, para dar cumprimento à obrigação acessória em que assumiu realizar os pagamentos dos proventos mensais dos antigos assistidos e pensionistas da Autarquia Estadual Minas Caixa extinta em 1991.

Ato seguinte, o liquidante do plano determinou o registro/atualização contábil das seguintes provisões:

- Valores a receber relativos a contingências judiciais ativas, alusivas ao IOF e Imposto de Renda no total de R\$ 4.968 mil e R\$ 49.328 mil respectivamente, conforme item 5.3.7.
- Provisões para pagamento de eventual condenação em demandas judiciais relacionadas à:

- Imposto de Renda, período de 2000 a 2004 (item 5.8.3.1); – Valor de R\$ 31.524 mil
 - Valor atualizado para Dezembro de 2015: R\$ 33.582 mil,
- ISSQN, período de Nov/2006 a Fev/2011 (item 5.8.2.5); – Valor de R\$ 869 mil
- ISSQN, período de Jan/1999 a Dez/2003 (item 5.8.2.5); – Valor de 438 mil
- COFINS, período de Fev/1999 a Dez/2004 (item 5.8.2.1); – Valor de R\$ 1.225 mil
- PIS, período de Fev/1999 a Dez/2004 (item 5.8.2.1); - Valor de R\$ 192 mil
- Provisões para pagamentos diversos, no montante total de R\$ 5.848 mil,
 - Valor posicionado para Dezembro de 2015: R\$ 5.159 mil
- Desconstituição das contas de Liquidação Extrajudicial, e constituição da provisão para transferência de recursos ao Estado, envolvendo:
 - Transferência parcial em dezembro de 2014, no valor de R\$ 120.000 mil
 - Resultando do saldo patrimonial de R\$ 55.049 mil, em 31 de dezembro de 2014.
 - Valor atualizado para Dezembro de 2015: R\$ 57.227 mil

Em janeiro de 2015, foi publicado aviso aos interessados no acervo do plano, para habilitarem suas declarações de crédito, nos termos da Lei nº 6.024 de 13 de março de 1974. Esgotado o prazo para a declaração de créditos e julgados estes, o liquidante organizará o Quadro Geral de Credores e divulgará seus resultados.

Devido à situação em que o plano se encontra, a Fundação Libertas, em conjunto com o Administrador Especial do Plano, e de acordo com autorização específica da PREVIC, realizou, em Janeiro de 2015 o rebalanceamento da carteira de investimentos, com integralização dos ativos até então existentes no Plano, em um Fundo de Investimento de liquidez imediata.

A posição patrimonial do Plano pode ser observada em seu Demonstrativo do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.

5 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS

5.1 Realizável da Gestão Previdencial (Planos de Benefícios Previdenciais)

É constituída de recursos a receber relativos às contribuições para o plano de benefícios, contratos de dívidas, adiantamentos, depósitos judiciais/recursais e outros realizáveis, conforme demonstrado em seguida:

Em R\$ mil

PLANO	RECURSOS A RECEBER		ADIANTAMENTOS		DEPOSITOS JUDICIAIS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
COMIG – BD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDI – BD	-	2.004	-	-	-	-	146	-	146	2.004
CODEMIGPREV – CD	431	231	-	-	-	-	-	-	431	231
COHAB SALDADO – BD	2.635	3.385	-	-	-	-	226	7	2.861	3.392
COHABPREV – CD	-	5	-	-	-	-	-	-	-	6
COPASA FECHADO - BD	24.851	26.179	-	6	-	-	3.292	2.195	28.143	28.380
COPASA SALDADO - BD	79.031	83.073	-	-	-	-	1.631	2	80.662	83.075
COPASA – CD	12.199	11.810	20	48	-	-	64	2	12.283	11.860
PRODEMGE FECHADO - BD	170	215	4	4	20	-	78	1.115	272	1.334
PRODEMGE SALDADO - BD	10.627	14.954	-	-	-	-	87	10	10.714	14.964
PRODEMGE - CD	45.059	48.008	-	-	-	-	269	32	45.328	48.040
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	1.516	1.614	-	-	-	-	47	-	1.563	1.614
IMA – BD	26	33	-	-	-	-	2	7	28	40
MGS – BD	278	374	1	1	1	1	19	-	299	376
MINASCAIXA – BD	-	-	13	45	78	-	50	24	141	69
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-	(5.808)	(2.183)	(5.808)	(2.183)
TOTAL	176.823	191.885	38	104	99	1	103	1.211	177.063	193.202

No grupo contábil de "Adiantamentos", constam os valores referentes a adiantamento de benefícios, que serão regularizados nos meses de competência, ou que serão devolvidos à Fundação.

O Grupo Depósitos judiciais refere-se a valores depositados judicialmente em decorrência de processos relacionados no item 5.8.1

5.1.1 Recursos a Receber

No grupo contábil "Recursos a Receber" são registradas as contribuições normais do mês de dezembro de 2015, recebidas em mês posterior, contribuições normais em atraso e contribuições contratadas.

A partir do exercício de 2015, as contribuições normais provisionadas no mês de Dezembro de 2015 refletem os valores descontados dos participantes, e os valores de responsabilidade das patrocinadoras, com previsão de pagamento em Janeiro de 2015. Até o exercício de 2014, a provisão era feita com base nos valores recebidos referentes ao próprio mês de Dezembro, haja vista que no fechamento do mês a Fundação não conhecia os valores que seriam repassados pelas Patrocinadoras.

As contribuições em atraso referem-se a valores não quitados em até 30 dias de sua provisão, e que são objetos de cobrança por parte da Fundação Libertas.

O quadro a seguir apresenta a composição por plano de benefícios previdenciais do grupo "Recursos a Receber" dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Em R\$ mil

PLANO	CONTRIBUIÇÕES DO MÊS		CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO		CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
COMIG – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
CDI – BD	-	19	-	-	-	1.985	-	2.004
CODEMIGPREV – CD	431	230	-	2	-	-	431	232
COHAB SALDADO – BD	-	-	-	-	2.635	3.385	2.635	3.385
COHABPREV – CD	-	-	-	5	-	-	-	5
COPASA FECHADO - BD	95	91	3	13	24.753	26.075	24.851	26.179
COPASA SALDADO - BD	-	-	-	-	79.031	83.073	79.031	83.073
COPASA – CD	12.133	11.640	66	170	-	-	12.199	11.810
PRODEMGE FECHADO - BD	16	11	3	17	151	187	170	215
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	10.627	14.954	10.627	14.954
PRODEMGE - CD	1.887	1.637	14	12	43.158	46.358	45.059	48.007
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3	13	-	6	1.513	1.595	1.516	1.614
IMA – BD	19	30	7	3	-	-	26	33
MGS – BD	251	299	27	75	-	-	278	374
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.835	13.970	120	303	161.868	177.612	176.823	191.885

5.1.1.1 Contribuições Contratadas

Os Contratos firmados junto às patrocinadoras não registraram quaisquer inadimplências no exercício de 2015. São compostos por:

- a) Serviço Passado Contratado: Se destina à cobertura da reserva de Tempo Anterior determinado atuarialmente, cuja amortização foi contratada com cláusulas financeiras, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2000. Os instrumentos particulares de confissão de dívida foram repactuados em 2006, Conforme observado nos quadros a seguir.

Plano COHAB Saldado		
Contrato de Serviço Passado		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 2.938.646,45	R\$ 2.938.646,45
Saldo Devedor	R\$ 2.175.805,24	R\$ 2.294.397,29
Prazo de Amortização Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo de Amortização Restante	59 parcelas	71 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 50.019,06	R\$ 45.075,46
Data de Vencimento	Último dia do mês	Último dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela – Vide item 5.1.2.1	

Plano CDPREV		
Contrato de Serviço Passado		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 2.043.154,42	R\$ 2.043.154,42
Saldo Devedor	R\$ 1.512.773,38	R\$ 1.595.227,60
Prazo de Amortização Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo de Amortização Restante	59 parcelas	71 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 34.776,78	R\$ 31.339,64
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela – Vide item 5.1.2.1	

Plano COPASA Saldado		
Contrato de Serviço Passado		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 103.700.062,15	R\$ 103.700.062,15
Saldo Devedor	R\$ 77.294.506,63	R\$ 87.227.029,27
Prazo de Amortização Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo de Amortização Restante	71 parcelas	83 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 1.736.924,36	R\$ 1.472.021,30
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela – Vide item 5.1.2.1	
Observações:	<p>- Em 2010 o contrato de Serviço Passado foi transferido do Plano Copasa BD para o Plano Copasa Saldado. Em 2014 esta transferência foi formalizada através da assinatura de Termo de Renegociação junto a patrocinadora.</p> <p>- O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência.</p>	

Plano CDI		
Contrato de Serviço Passado		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado		R\$ 1.841.114,06
Saldo Devedor		R\$ 1.913.300,55
Prazo de Amortização Pactuado	- Em decorrência da estratégia Previdencial do Plano CDI, conforme item 1.2.1, o Contrato de Serviço Passado foi quitado integralmente em Outubro de 2015	240 parcelas
Prazo de Amortização Restante		71 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato		R\$ 37.588,48
Data de Vencimento		5º dia do mês
Atualização Pactuada		INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela – Vide item xxx	

- b) Reserva relativa ao Passivo Atuarial do Plano: Assinado em Março de 1998, se destina à reserva relativa aos compromissos especiais com os participantes existentes na data de criação do Plano Prodemge BD. Devido à estratégia previdencial ocorrida em 2014, o saldo a receber do Contrato foi segregado para os três Planos patrocinados pela Prodemge, observando os percentuais de distribuição das Reservas Matemáticas de Transação Individual.

Plano Prodemge BD		
Contrato de Serviço Passado		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 188.447,59	R\$ 188.447,59
Saldo Devedor	R\$ 145.406,27	R\$ 181.966,07
Prazo de Amortização Pactuado	42 parcelas	42 parcelas
Prazo de Amortização Restante	28 parcelas	40 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 5.821,65	R\$ 5.246,26
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela – Vide item 5.1.2.1	
Observações:	- O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência.	

Plano Prodemge Saldado		
Contrato de Serviço Passado		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 3.711.171,77	R\$ 3.711.171,77
Saldo Devedor	R\$ 2.863.544,18	R\$ 3.583.520,22
Prazo de Amortização Pactuado	42 parcelas	42 parcelas
Prazo de Amortização Restante	28 parcelas	40 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 114.657,81	R\$ 103.316,67
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela – Vide item 5.1.2.1	
Observações:	- O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência.	

Plano Prodemge CD		
Contrato de Serviço Passado		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 11.292.257,21	R\$ 11.292.257,21
Saldo Devedor	R\$ 8.713.117,95	R\$ 10.903.842,30
Prazo de Amortização Pactuado	42 parcelas	42 parcelas
Prazo de Amortização Restante	28 parcelas	40 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 348.847,35	R\$ 314.369,29
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela – Vide item 5.1.2.1	
Observações:	- O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência.	

- c) Equacionamento de Déficit: Devido à estratégia previdencial da patrocinadora Prodemge, foi contratado, no mês de novembro de 2014, parcela relativa à insuficiência financeira, parte da patrocinadora, referente ao plano originário. Tais valores foram transferidos para os Planos Saldado e CD, observando a proporção das Reservas Matemáticas de Transação Individual.

Plano Prodemge Saldado		
Equacionamento de Déficit (Estratégia Previdencial)		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 11.629.848,37	R\$ 11.629.848,37
Saldo Devedor	R\$ 7.181.254,56	R\$ 10.846.085,53
Prazo de Amortização Pactuado	30 parcelas	30 parcelas
Prazo de Amortização Restante	16 parcelas	28 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 467.621,22	R\$ 421.404,25
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Não Aplicável	
Observações:	- O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência.	

Plano Prodemge CD		
Equacionamento de Déficit (Estratégia Previdencial)		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 35.387.001,00	R\$ 35.387.001,00
Saldo Devedor	R\$ 33.478.098,79	R\$ 34.582.904,93
Prazo de Amortização Pactuado	77 parcelas	77 parcelas
Prazo de Amortização Restante	63 parcelas	75 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 618.313,83	R\$ 557.203,27
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Não Aplicável	
Observações:	- O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência.	

- d) Saldamento do Plano: Em virtude da estratégia previdencial adotada pela patrocinadora COPASA, foi contratado, no mês de novembro de 2010, parcela relativa à insuficiência financeira, parte da patrocinadora, do plano COPASA Fechado (RP1).

Plano COPASA RP1		
Contrato Saldamento		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 31.988.361,24	R\$ 31.988.361,24
Saldo Devedor	R\$ 24.241.069,08	R\$ 25.590.141,47
Prazo de Amortização Pactuado	132 parcelas	132 parcelas
Prazo de Amortização Restante	70 parcelas	82 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 512.357,35	R\$ 484.541,47
Data de Vencimento	8º dia do mês	8º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela – Vide item 5.1.2.1	
Observações:	- O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência	

- e) Saldamento do Plano: Em virtude da estratégia previdencial adotada pela patrocinadora COHAB, em dezembro de 2007, foi procedido o saldamento do Plano de Benefícios Definido dessa patrocinadora, e foram realizados os seguintes contratos:

Plano COHAB Saldado		
Saldamento Previdencial		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 2.500.115,36	R\$ 2.500.115,36
Saldo Devedor	R\$ 351.634,90	R\$ 835.330,77
Prazo de Amortização Pactuado	96 parcelas	96 parcelas
Prazo de Amortização Restante	7 parcelas	19 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 51.215,22	R\$ 46.154,52
Data de Vencimento	Último dia do mês	Último dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Não Aplicável	

Plano COHAB Saldado		
Saldamento Administrativo		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Valor Contratado	R\$ 763.600,23	R\$ 763.600,23
Saldo Devedor	R\$ 107.398,52	R\$ 255.131,81
Prazo de Amortização Pactuado	96 parcelas	96 parcelas
Prazo de Amortização Restante	7 parcelas	19 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 15.643,48	R\$ 14.096,79
Data de Vencimento	Último dia do mês	Último dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Não Aplicável	

5.1.2 Outros Realizáveis

5.1.2.1 Taxa de Carregamento incidente sobre os Contratos – Paridade Contributiva

Em Novembro de 2015, as discussões junto a PREVIC em relação a Taxa de Carregamento incidente sobre os Contratos assinados com as patrocinadoras, foram concluídas. Prevalecendo o entendimento do órgão fiscalizador quanto a incidência da paridade contributiva também sobre o custeio administrativo, a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Desta forma, os contratos assinados após maio de 2001, junto às patrocinadoras de origem pública, precisarão passar por revisões a fim de ajustar os valores já cobrados, observada a prescrição quinquenal, bem como as parcelas vincendas.

Como os valores já haviam sido transferidos ao PGA, os mesmos foram ser estornados ao Plano Previdencial, (formando um realizável nos Planos Previdenciais e um Exigível no PGA), para posteriormente serem destinados à Patrocinadora.

Desta forma, em dezembro de 2015, a Fundação Libertas realizou os seguintes procedimentos:

a) Contrato de Serviço Passado

- Plano: COHAB Saldado: Este contrato foi assinado após a Emenda Constitucional nº 20 de 1998, desta forma, os valores recebidos à título de taxa de carregamento foram estornados, gerando um crédito a favor da patrocinadora. Montante atualizado até Dezembro de 2015: R\$ 241 mil.

Ainda em Dezembro de 2015, parte do referido crédito foi utilizado para compensar débitos da patrocinadora junto ao Plano COHAB BD, no valor de R\$ 114 mil, ver item 5.8.3.2. Ficando a diferença provisionada no Exigível Operacional do Plano à favor da Patrocinadora.

- Plano: Fundação Libertas CD: Não será executado acerto e será mantida a taxa de carregamento custeada pelo patrocinador, uma vez que o Plano não se submete à Lei Complementar nº 108 de 2001.
- Plano: CDI: Este contrato foi assinado após a Emenda Constitucional nº 20 de 1998, desta forma os valores recebidos à título de taxa de carregamento foram estornados, gerando um crédito a favor da patrocinadora. Montante atualizado até Dezembro de 2015: R\$ 146 mil.

b) Contrato de Reserva Relativo ao Passivo Atuarial:

- Plano: Copasa Saldado: Não será executado acerto e será mantida a taxa de carregamento custeada pela patrocinadora, uma vez que o contrato assinado foi considerado para o custeio do plano, tendo sido homologado pela PREVIC.
- Planos: Prodemge BD, Prodemge Saldado e Prodemge CD: Não será executado acerto e será mantida a taxa de carregamento custeada pela patrocinadora, uma vez que a origem do contrato é anterior a vigência da Emenda Constitucional nº 20 de 1998.

c) Contrato de Saldamento do Plano

- Plano: COPASA BD: Este contrato foi assinado após a Emenda Constitucional nº 20 de 1998, desta forma os valores recebidos à título de taxa de carregamento foram estornados, gerando um crédito a favor da patrocinadora. Montante atualizado até Dezembro de 2015: R\$ 3.231 mil.

Ainda em Dezembro de 2015, o referido crédito foi utilizado para compensar débitos da patrocinadora junto ao Plano Copasa BD, no montante de R\$ 3.231 mil, ver item 5.8.3.2.

- Plano: COHAB BD: No ato do Saldamento do Plano também foi realizado o Saldamento Administrativo, de forma que a paridade em relação à contrapartida dos participantes, pagas mediante a redução atuarial do benefício saldado, já foi realizada.

5.1.2.2 Taxa de Carregamento incidente sobre os Contratos – Plano de Custeio

O Plano de Custeio dos Planos de Benefícios, aplicado a partir de Abril de 2015, não prevê a cobrança de “Taxa de Carregamento” sobre as Contribuições Normais e Extraordinárias da Patrocinadora, Participantes e Assistidos e sobre os contratos assinados junto as patrocinadoras.

Esta decisão foi tomada até que as discussões referentes a paridade contributiva, descrita no item anterior, fossem solucionadas, mesmo para àquelas patrocinadoras que não estavam sujeitas à exigência legal.

Contudo, como as patrocinadoras continuaram realizando os pagamentos dos contratos, durante o período de Abril a Novembro de 2015, os valores recebidos a título de taxa de carregamento foram transferidos mensalmente ao PGA,

Em dezembro de 2015, como o plano de custeio não foi alterado, se fez necessário estornar os valores recebidos no PGA para o Plano Previdencial, formando, assim, um realizável nos Planos Previdenciais e um Exigível no PGA, cuja liquidação financeira ocorreu em Janeiro de 2016, nos seguintes montantes:

Em R\$ mil

Plano	Valor principal	Atualização	Valor atualizado
COPASA - Saldado	1.532	99	1.631
PRODEMGE - Fechado	1	1	2
PRODEMGE - Saldado	34	2	36
PRODEMGE - CD	103	7	110
Fundação Libertas CD	35	2	37

Após dezembro de 2015, e durante a vigência do Plano de Custeio, os valores recebidos à título de Taxa de Carregamento incidente sobre os contratos serão mantidos nos respectivos Planos de Benefícios.

5.2 Realizável da Gestão Administrativa (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

O realizável da Gestão Administrativa é segregado em Contas à Receber, (que demonstra os saldos das contribuições para o custeio administrativo do PGA, os adiantamentos efetuados a empregados e diretores, os bloqueios judiciais e outros valores a receber); Depósitos Judiciais (Referente aos Processos Trabalhistas e Tributários – Vide item 5.8.2) e Outros Realizáveis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	2015	2014
CONTAS A RECEBER	3.579	1.876
GESTÃO ADMINISTRATIVA / DEPÓSITOS	17.197	14.204
OUTROS REALIZÁVEIS	68	181
OPERAÇÕES COMUNS	(2.623)	(774)
TOTAL	18.221	15.487

Também compõe o Realizável da Gestão Administrativa, a Participação de cada Plano Previdencial, no saldo do Fundo Administrativo Os referidos valores são anulados na consolidação das demonstrações contábeis por meio de demonstrativo auxiliar.

O saldos deste grupo de contas são detalhados na planilha abaixo, sendo que as principais movimentações estão descritas nos itens 5.1.2.1; 5.1.2.2 e 5.11.2.

Em R\$ mil

PLANO	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
	2015	2014
PGA GERAL	-	-
COMIG – BD	-	-
CDI – BD	41	540
CODEMIGPREV – CD	37	11
COHAB SALDADO – BD	1.783	2.023
COHABPREV – CD	82	113
COPASA FECHADO - BD	-	460
COPASA SALDADO - BD	1.737	655
COPASA – CD	3.694	2.151
PRODEMGE FECHADO - BD	-	18
PRODEMGE SALDADO - BD	456	364
PRODEMGE - CD	1.636	1.164
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	-	5
IMA – BD	2	1
MGS – BD	-	36
MINASCAIXA – BD	-	-
OPERAÇÕES COMUNS	(9.468)	(7.541)
TOTAL	-	-

5.3 Realizável dos Investimentos (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

Os Recursos dos Planos Previdenciais e Administrativo são aplicados de acordo com as respectivas Políticas de Investimentos. Esses documentos definem as diretrizes de macroalocação, os limites de risco, os ativos elegíveis e a alocação estratégica dos recursos, por segmento de investimentos.

De acordo com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, os ativos de Renda Fixa e Renda Variável são classificados contabilmente com base na característica de seu emissor. Desta forma, o Realizável dos Investimentos é composto por: Títulos Públicos; Fundos de Investimentos; Investimentos Imobiliários; Operações com Participantes, Depósitos Judiciais e Outros Realizáveis de Investimentos, cujos saldos por plano de benefícios, também podem ser observados na Demonstração do Ativo Líquido.

A entidade adota, para os investimentos relacionados nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Operações com Participantes, a gestão segregada dos recursos. Já para os segmentos de Imóveis, a gestão é feita de forma compartilhada.

As tabelas a seguir demonstram o consolidado dos realizáveis dos investimentos:

Em R\$ mil

PLANO	TÍTULOS PÚBLICOS		CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		FUNDOS DE INVESTIMENTO		INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PGA GERAL	-	-	-	-	14.455	10.359	-	-
COMIG - BD	-	-	-	-	2.022	1.820	-	-
CDI - BD	-	-	-	-	2.053	38.083	-	-
CODEMIGPREV - CD	-	-	-	-	27.861	13.890	-	-
COHAB SALDADO - BD	-	-	-	-	43.704	39.475	3.153	2.959
COHABPREV - CD	-	-	-	-	5.694	6.040	-	-
COPASA FECHADO - BD	-	-	-	-	98.305	89.433	626	643
COPASA SALDADO - BD	110.244	99.766	-	-	632.101	580.928	57.582	58.534
COPASA - CD	-	-	-	-	841.537	774.752	68.278	59.916
PRODEMGE FECHADO - BD	2.306	-	-	-	17.780	18.526	470	280
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	79.486	71.091	6.010	5.678
PRODEMGE - CD	-	134.388	-	6.198	248.963	79.269	18.995	17.277
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	24	21	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	-	-	-	-	33.818	34.073	3.265	3.357
IMA - BD	-	-	-	-	16.113	14.437	-	-
MGS - BD	-	-	-	-	48.696	43.346	3.686	3.000
MINASCAIXA - BD	-	-	-	5.909	45.268	21.222	-	15.075
TOTAL	112.550	234.154	-	12.107	2.157.880	1.836.765	162.065	166.719

Em R\$ mil

PLANO	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PGA GERAL	-	-	-	-	-	-	14.455	10.359
COMIG - BD	9	9	173	-	-	-	2.204	1.829
CDI - BD	-	158	114	-	-	-	2.167	38.241
CODEMIGPREV - CD	251	54	-	-	-	-	28.112	13.944
COHAB SALDADO - BD	420	163	135	-	-	-	47.412	42.597
COHABPREV - CD	23	19	-	-	-	-	5.717	6.059
COPASA FECHADO - BD	25	102	5.071	-	-	-	104.027	90.178
COPASA SALDADO - BD	5.076	4.808	-	-	-	-	805.003	744.036
COPASA - CD	32.594	29.495	-	-	-	-	942.409	864.163
PRODEMGE FECHADO - BD	33	58	-	-	-	-	20.589	18.864
PRODEMGE SALDADO - BD	755	781	-	-	-	-	86.251	77.550
PRODEMGE - CD	4.399	3.957	-	-	-	-	272.357	241.089
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	-	-	24	21
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	2.506	2.056	-	-	-	-	39.589	39.486
IMA - BD	-	-	-	-	-	-	16.113	14.437
MGS - BD	2.882	2.622	-	-	-	-	55.264	48.968
MINASCAIXA - BD	1.183	1.705	1	-	54.296	54.296	100.748	98.208
TOTAL	50.156	45.988	5.494	-	54.296	54.296	2.542.441	2.350.029

Os títulos e valores mobiliários são mantidos sob custódia centralizada em agente custodiante autorizado pela CVM, além de terem seus registros nas respectivas *clearings*, quais sejam: CETIP, SELIC e CBLC.

O Grupo Depósitos judiciais refere-se, em sua maioria, a valores depositados judicialmente em decorrência do processo relacionado no item 5.8.3.2

5.3.1 Título Público

Os títulos públicos constantes na carteira própria em 31 de dezembro de 2015, compostos em sua totalidade por Notas do Tesouro Nacional - série B, são mantidos junto aos planos previdenciários: Copasa Saldado - BD e Prodemge BD. A composição dos títulos públicos é demonstrada no item 5.3.4

Os Títulos Públicos, constantes na carteira própria do Plano Prodemge CD foram alocados, durante o ano de 2015, em Fundo de Investimento Exclusivo do referido Plano.

5.3.2 *Créditos Privados*

Os créditos privados constantes na carteira própria em 31 de dezembro de 2014, compostos por Certificados de Depósitos Bancários, Debêntures e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), foram alocados nos Fundo de Investimento Exclusivo dos referidos Planos.

5.3.3 *Fundos de Investimentos*

Os fundos de investimentos são selecionados, após aprovação do comitê de investimentos, de acordo com os critérios estabelecidos nas respectivas políticas de investimentos dos planos.

A estrutura dos fundos de investimentos da Fundação tem em sua composição:

- a) Fundo de investimento, exclusivo, de liquidez imediata, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 524.489 mil (Em 2014 era de R\$ 409.112 mil);
- b) Fundo de investimento, exclusivo, com predominância de ativos indexados a índices de preços com precificação apurada pela marcação a mercado, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 791.742 mil (Em 2014 era de R\$ 535.457 mil);
- c) Fundo de investimento, exclusivo, com predominância de ativos indexados a índices de preços mantidos até o vencimento, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 603.849 mil (Em 2014 era de R\$ 513.165 mil);
- d) Fundo de investimento composto por Certificados de Recebíveis Imobiliários, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2015 era de 11.128 mil (Em 2014 era de R\$ 10.829 mil). Para este fundo, a entidade se comprometeu em investir R\$ 30.000 mil, restando pendente de integralização 67% do valor comprometido;
- e) Fundos de Investimentos em Ações, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 103.977 (Em 2014 era de R\$ 261.312 mil); Em 2015, a fim de aproveitar as oportunidades existentes no segmento de Renda Fixa, a Fundação Libertas resgatou R\$ 129.796 milhões, dos investimentos realizados em Renda Variável e investiu estes recursos em Fundos de Investimento no segmento de Renda Fixa.
- f) Fundo de Investimento com objetivo Multimercado, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 5.239 mil
- g) Fundos de Investimentos em Participações e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 115.387 mil (Em 2014 era de R\$ 104.818 mil). Para estes fundos, a entidade se comprometeu em investir R\$ 125.000 mil, restando pendente de integralização 24,4% do valor comprometido;

Em Junho de 2013, a Fundação se comprometeu em investir R\$ 20.000 mil no Fundo de Investimento denominado FIC de FIP BTG Infraestrutura II. Até dezembro de 2015 já havia integralizado R\$ 7.934 mil. O referido Fundo possui 51% de seus ativos investidos na empresa Sete Brasil Participações S.A. Em decorrência do risco de continuidade da referida empresa, o Fundo realizou provisão para perda na ordem de 75% dos valores investidos na referida empresa. Os resultados contábeis de Dezembro de 2015 já refletem o impacto desta provisão. O saldo patrimonial do FIC de FIP BTG Infraestrutura II, em dezembro de 2015, por plano de benefício, consta detalhado na tabela em sequência.

Em R\$ mil

Plano	Valor
COHAB SALDADO – BD	242
COHABPREV – CD	25
COPASA SALDADO - BD	4.360
COPASA – CD	4.988
PRODEMGE FECHADO - BD	22
PRODEMGE SALDADO - BD	433
PRODEMGE - CD	1.316
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	289
MGS – BD	255
TOTAL	11.929

- h) Fundo de Investimento em Empresas Emergentes, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 2.069 mil (Em 2014 era de R\$ 2.072 mil). Para este fundo, a entidade se comprometeu em investir R\$ 5.000 mil, sendo que, em 31 de dezembro de 2014, não constava pendência de integralização do valor comprometido.

As aplicações em Fundos de Investimentos, acima descritas, possuem a seguinte alocações nos Planos de Benefícios:

Em R\$ mil

PLANO	Fundo de Investimento em Ativos de Liquidez imediata		Fundo de Investimento em Títulos Públicos levados até o vencimento		Fundo de Investimento em Títulos Públicos Marcados a mercado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PGA GERAL	14.455	10.359	-	-	-	-
COMIG – BD	2.022	1.820	-	-	-	-
CDI – BD	2.053	38.083	-	-	-	-
CODEMIGPREV – CD	16.816	13.890	-	-	10.417	-
COHAB SALDADO – BD	1.937	286	37.606	31.793	-	-
COHABPREV – CD	734	2.516	-	-	4.555	2.808
COPASA FECHADO - BD	95.531	82.863	-	-	-	-
COPASA SALDADO - BD	76.394	50.070	468.606	396.170	-	-
COPASA – CD	154.899	119.909	-	-	589.617	509.849
PRODEMGE FECHADO - BD	17.301	15.170	-	2.658	-	-
PRODEMGE SALDADO - BD	9.739	5.005	61.911	52.341	-	-
PRODEMGE - CD	58.282	37.219	-	-	162.693	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	24	21	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	4.503	2.308	-	-	24.460	22.799
IMA – BD	16.113	14.437	-	-	-	-
MGS – BD	8.418	7.457	35.726	30.204	-	-
MINASCAIXA – BD	45.268	7.701	-	-	-	-
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	524.489	409.114	603.849	513.166	791.742	535.456

Em R\$ mil

PLANO	Fundo de Investimento em Crédito Imobiliário		Fundo de Investimento em Renda Variável		Fundo de Investimento em Ativos de Multimercado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PGA GERAL	-	-	-	-	-	-
COMIG - BD	-	-	-	-	-	-
CDI - BD	-	-	-	-	-	-
CODEMIGPREV - CD	-	-	593	-	35	-
COHAB SALDADO - BD	217	211	1.321	5.000	-	-
COHABPREV - CD	22	22	269	633	15	-
COPASA FECHADO - BD	513	500	1.149	4.824	-	-
COPASA SALDADO - BD	3.899	3.795	37.816	95.211	1.944	-
COPASA - CD	4.415	4.297	43.790	102.535	2.282	-
PRODEMGE FECHADO - BD	20	19	232	491	-	-
PRODEMGE SALDADO - BD	386	376	2.791	9.682	203	-
PRODEMGE - CD	1.175	1.143	12.621	29.686	635	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	257	250	1.745	6.369	-	-
IMA - BD	-	-	-	-	-	-
MGS - BD	224	218	1.650	3.358	125	-
MINASCAIXA - BD	-	-	-	3.521	-	-
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11.128	10.831	103.977	261.310	5.239	-

Em R\$ mil

PLANO	Fundo de Investimento em Empresas Emergentes		Fundo de Investimento em Participação de Empresas		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PGA GERAL	-	-	-	-	14.455	10.359
COMIG - BD	-	-	-	-	2.022	1.820
CDI - BD	-	-	-	-	2.053	38.083
CODEMIGPREV - CD	-	-	-	-	27.861	13.890
COHAB SALDADO - BD	48	42	2.575	2.141	43.704	39.473
COHABPREV - CD	-	-	99	62	5.694	6.041
COPASA FECHADO - BD	35	35	1.077	1.211	98.305	89.433
COPASA SALDADO - BD	756	661	42.686	35.021	632.101	580.928
COPASA - CD	808	707	45.726	37.454	841.537	774.751
PRODEMGE FECHADO - BD	4	4	223	184	17.780	18.526
PRODEMGE SALDADO - BD	80	70	4.376	3.618	79.486	71.092
PRODEMGE - CD	243	213	13.314	11.007	248.963	79.268
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	24	21
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	50	44	2.803	2.304	33.818	34.074
IMA - BD	-	-	-	-	16.113	14.437
MGS - BD	45	40	2.508	2.068	48.696	43.345
MINASCAIXA - BD	-	256	-	9.744	45.268	21.222
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.069	2.072	115.387	104.814	2.157.880	1.836.763

5.3.4 Títulos mantidos até o vencimento (marcação na curva do papel):

Os títulos públicos constantes em carteira própria e nos Fundos de Investimentos exclusivos da Fundação, para os quais a entidade possui capacidade financeira e de fluxo de caixa e não há intenção de negociação, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata* até a data de encerramento do

balanço, em contrapartida ao resultado do período. Este valor é observado na tabela a seguir (coluna "Valor atualizado pela Taxa de Compra")

Fundamentada pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e pela Instrução Normativa nº 19 de 04 de fevereiro de 2015, o valor dos títulos públicos federais (atrelados a índice de preço e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento), calculados com base na taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial é demonstrado na coluna "Valor atualizado pela Taxa Atuarial do Plano"

A diferença entre o "Valor atualizado pela Taxa de Compra" e o "Valor atualizado pela Taxa Atuarial do Plano" será utilizado para apuração do resultado ajustado do Plano, conforme demonstrado no item 5.10.1

Plano PRODEMG E BD - FECHADO										
Forma de Investimento	Característica	Emissor	Tipo	Data de Vencimento	Quantidade	Indexador	Taxa de Compra	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor Contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa Atuarial do Plano (B)	Ajuste de precificação dos ativos [(B) - (A)]
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2016	36,0000	IPCA	6,50%	101.710,06	103.028,95	1.318,89
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	27,0000	IPCA	6,31%	75.148,23	77.111,00	1.962,77
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	15,0000	IPCA	7,63%	41.079,52	42.839,45	1.759,93
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	15,0000	IPCA	7,03%	41.380,49	42.839,45	1.458,95
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	9,0000	IPCA	6,32%	25.046,32	25.703,67	657,35
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	6,0000	IPCA	6,29%	16.827,28	18.190,38	1.363,10
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	36,0000	IPCA	6,34%	100.771,84	109.142,26	8.370,44
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	8,0000	IPCA	6,29%	22.436,37	24.253,84	1.817,47
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	24,0000	IPCA	6,85%	84.579,82	76.222,96	11.643,14
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	15,0000	IPCA	8,15%	37.266,09	47.639,35	10.373,26
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	30,0000	IPCA	7,01%	79.912,42	95.278,70	15.366,28
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	21,0000	IPCA	6,86%	56.464,40	66.695,09	10.230,69
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	15,0000	IPCA	7,01%	39.954,13	47.639,35	7.685,22
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	49,0000	IPCA	6,01%	138.988,87	164.220,06	25.231,19
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	7,0000	IPCA	6,92%	17.754,40	23.951,54	6.197,13
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	9,0000	IPCA	7,00%	22.638,60	30.794,83	8.156,23
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	15,0000	IPCA	7,00%	37.731,00	51.324,72	13.593,72
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	15,0000	IPCA	7,13%	37.199,13	51.324,72	14.125,59
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	1,0000	IPCA	6,01%	2.796,27	3.421,65	625,38
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	15,0000	IPCA	6,77%	38.656,29	51.324,72	12.668,43
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	15,0000	IPCA	7,75%	34.922,04	51.324,72	16.402,68
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	2,0000	IPCA	6,92%	5.072,69	6.843,30	1.770,61
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	15,0000	IPCA	6,77%	38.656,33	51.324,72	12.668,39
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	10,0000	IPCA	7,99%	22.723,44	34.216,49	11.493,04
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	15,0000	IPCA	6,77%	38.656,33	51.324,72	12.668,39
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	19/05/2035	21,0000	IPCA	6,92%	53.263,21	71.854,61	18.591,40
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	79,0000	IPCA	6,01%	224.084,54	281.340,28	57.255,74
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	6,0000	IPCA	6,01%	17.019,08	21.367,62	4.348,54
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	54,0000	IPCA	6,34%	144.682,86	194.092,51	49.409,64
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	13,0000	IPCA	6,30%	34.998,54	46.725,97	11.727,33
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	30,0000	IPCA	6,72%	75.546,03	107.829,17	31.283,14
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	16,0000	IPCA	7,96%	35.215,97	57.508,89	22.292,92
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	15,0000	IPCA	6,72%	38.273,01	53.914,58	15.641,57
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	39,0000	IPCA	4,94%	129.388,28	144.321,34	14.933,06
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	22,0000	IPCA	6,41%	59.122,51	81.412,04	22.289,52
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	39,0000	IPCA	6,41%	104.808,09	144.321,34	39.513,25
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	22,0000	IPCA	6,02%	62.330,82	81.412,04	19.081,42
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	12,0000	IPCA	4,94%	39.811,78	44.406,57	4.594,79
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	2,0000	IPCA	4,42%	7.200,50	7.401,09	200,60
Carteira Própria	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	39,0000	IPCA	4,42%	140.409,73	144.321,34	3.911,61
TOTAL								2.305.527,20	2.830.210,02	524.682,81

Plano COHAB SALDADO										
Forma de Investimento	Característica	Emissor	Tipo	Data de Vencimento	Quantidade	Indexador	Taxa de Compra	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor Contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa Atuarial do Plano (B)	Ajuste de precificação dos ativos [(B) - (A)]
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2016	424,7877	IPCA	6,49%	1.200.179,11	1.206.975,70	6.796,59
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	178,5466	IPCA	7,03%	492.575,19	501.989,96	9.414,77
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	178,5466	IPCA	7,63%	488.968,39	501.989,96	13.021,56
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	319,4782	IPCA	6,31%	889.234,91	898.224,10	8.989,19
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	108,6724	IPCA	6,32%	302.441,20	305.536,27	3.095,07
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	879,0321	IPCA	6,89%	2.396.025,91	2.493.819,60	97.793,69
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	62,2764	IPCA	7,49%	166.875,83	176.678,68	9.802,86
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	503,1314	IPCA	7,49%	1.348.169,80	1.427.387,08	79.197,27
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	66,3867	IPCA	6,29%	186.191,36	191.842,99	5.651,62
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	92,8542	IPCA	6,29%	260.423,40	268.328,24	7.904,84
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	424,7877	IPCA	6,34%	1.189.140,26	1.227.543,20	38.402,95
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	178,5466	IPCA	7,01%	475.644,53	523.020,19	47.375,65
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	260,0399	IPCA	6,86%	672.324,79	732.447,17	60.122,39
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	285,6621	IPCA	6,85%	768.585,37	836.795,81	68.210,45
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	357,1554	IPCA	7,01%	951.454,97	1.046.222,80	94.767,83
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	178,5466	IPCA	8,15%	443.601,46	523.020,19	79.418,72
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	580,2920	IPCA	6,01%	1.646.224,43	1.725.872,38	79.647,95
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/09/2030	18,6829	IPCA	6,55%	50.462,06	55.565,76	5.103,70
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/09/2030	622,7645	IPCA	6,55%	1.682.068,61	1.852.191,87	170.123,25
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2035	178,5466	IPCA	6,77%	460.018,56	528.490,24	68.471,68
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	178,5466	IPCA	7,75%	415.691,61	528.490,24	112.798,63
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	178,5466	IPCA	7,13%	442.956,30	528.490,24	85.533,95
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	178,5466	IPCA	6,77%	460.018,56	528.490,24	68.471,68
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	178,5466	IPCA	6,77%	460.018,56	528.490,24	68.471,68
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	18,8075	IPCA	6,92%	47.895,73	55.669,36	7.773,63
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	89,3667	IPCA	6,92%	226.633,69	264.521,62	37.887,93
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	107,1778	IPCA	7,00%	269.530,50	317.241,61	47.711,11
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	122,4355	IPCA	7,99%	276.276,30	362.403,84	86.127,54
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	178,5466	IPCA	7,00%	449.008,88	528.490,24	79.481,36
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	249,0435	IPCA	6,92%	631.573,62	737.158,17	105.584,55
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	5,9785	IPCA	6,01%	16.720,04	17.696,22	976,18
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	73,6108	IPCA	6,01%	208.828,70	222.472,59	13.643,89
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	944,5469	IPCA	6,01%	2.679.614,91	2.854.688,42	175.073,51
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	83,9487	IPCA	6,50%	224.544,78	253.716,62	29.171,84
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	160,7365	IPCA	6,30%	432.733,10	481.827,30	49.094,20
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	178,5466	IPCA	6,72%	455.603,39	535.218,47	79.615,08
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	195,5480	IPCA	7,95%	430.366,75	586.182,77	155.816,02
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	357,1554	IPCA	6,72%	911.165,65	1.070.623,62	159.457,97
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	645,4954	IPCA	6,34%	1.728.791,48	1.934.963,18	206.171,70
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	23,6028	IPCA	4,42%	84.970,12	72.015,78	-12.954,34
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	472,3046	IPCA	4,42%	1.700.299,20	1.441.075,74	-259.223,47
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	141,6789	IPCA	4,94%	470.040,03	432.284,72	-37.755,31
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	472,3046	IPCA	4,94%	1.566.937,83	1.441.075,74	-125.862,10
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	262,6198	IPCA	6,41%	705.639,48	801.294,35	95.654,88
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	472,3046	IPCA	6,41%	1.269.046,67	1.441.075,74	172.029,07
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	265,2977	IPCA	6,02%	751.756,51	809.465,01	57.708,50
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	69,7496	IPCA	6,46%	186.164,92	212.817,09	26.652,17
Fundo Exclusivo	CDB	Itaú	Título Privado	08/03/2017	706,0904	IPCA	7,44%	1.568.625,38		
Fundo Exclusivo	CRI	BRC Securitizadora	Título Privado	12/01/2022	0,6850	IGPM	10,57%	209.544,22		
Fundo Exclusivo	Debênture	Copasa	Título Privado	15/02/2019	0,4982	IPCA	6,02%	456.545,01		
TOTAL								35.809.871,85	36.011.881,37	2.436.724,13

Plano COPASA SALDADO										
Forma de Investimento	Característica	Emissor	Tipo	Data de Vencimento	Quantidade	Indexador	Taxa de Compra	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor Contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa Atuarial do Plano (B)	Ajuste de precificação dos ativos [(B) - (A)]
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2016	5.293,3112	IPCA	6,49%	14.955.522,92	15.092.169,62	136.646,70
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	2.224,8825	IPCA	7,03%	6.138.016,77	6.302.437,29	164.420,52
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	2.224,8825	IPCA	7,63%	6.093.072,24	6.302.437,29	209.365,05
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	3.981,0419	IPCA	6,31%	11.080.823,60	11.277.120,10	196.296,50
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	1.354,1751	IPCA	6,32%	3.768.742,72	3.835.979,45	67.236,73
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	47,3379	IPCA	5,55%	134.103,46	136.663,47	2.560,01
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	10.953,6854	IPCA	6,89%	29.857.060,58	31.623.031,96	1.765.971,38
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	776,0316	IPCA	7,49%	2.079.452,33	2.240.384,84	160.932,50
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	6.269,5589	IPCA	7,49%	16.799.895,38	18.100.069,09	1.300.173,70
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	827,2498	IPCA	6,29%	2.320.144,85	2.445.991,96	125.847,11
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	1.157,0630	IPCA	6,29%	3.245.155,70	3.421.176,37	176.020,67
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	5.293,3112	IPCA	6,34%	14.817.966,82	15.651.136,15	833.169,33
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	2.224,8825	IPCA	7,01%	5.927.042,60	6.773.528,69	846.486,09
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	3.115,7667	IPCA	6,86%	8.377.890,15	9.485.776,27	1.107.886,12
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	3.559,6587	IPCA	6,86%	9.577.400,54	10.837.173,39	1.259.772,85
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	4.450,5410	IPCA	7,01%	11.856.152,53	13.549.419,96	1.693.267,44
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	2.224,8825	IPCA	8,15%	5.527.751,47	6.773.528,69	1.245.777,22
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	7.231,0620	IPCA	6,01%	20.513.727,45	22.760.476,18	2.246.748,73
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	232,8095	IPCA	6,55%	628.811,54	732.790,60	103.979,07
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	7.780,3155	IPCA	6,55%	20.960.384,56	24.426.353,49	3.465.968,93
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	2.224,8825	IPCA	6,77%	5.732.326,13	7.052.684,14	1.320.358,01
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	2.224,8825	IPCA	7,75%	5.179.964,68	7.052.684,14	1.872.719,47
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	2.224,8825	IPCA	7,13%	5.519.712,01	7.052.684,14	1.532.972,13
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	2.224,8825	IPCA	6,77%	5.732.326,13	7.052.684,14	1.320.358,01
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	2.224,8825	IPCA	6,77%	5.732.326,13	7.052.684,14	1.320.358,01
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	234,3615	IPCA	6,92%	594.340,14	742.905,69	148.565,55
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	1.113,6053	IPCA	6,92%	2.824.099,66	3.530.032,00	705.932,34
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	1.335,5503	IPCA	7,00%	3.358.640,01	4.233.578,45	874.938,44
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	1.525,6780	IPCA	7,99%	3.467.622,07	4.836.266,84	1.368.644,77
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	2.224,8825	IPCA	7,00%	5.595.131,27	7.052.684,14	1.457.552,87
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	3.103,3502	IPCA	6,92%	7.870.086,79	9.837.350,50	1.967.263,71
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	74,4990	IPCA	6,01%	208.349,70	236.155,45	27.805,75
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	917,2693	IPCA	6,01%	2.602.230,21	2.994.626,67	392.396,46
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	11.770,0706	IPCA	6,01%	33.390.884,61	38.426.000,93	5.035.116,32
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	1.046,0905	IPCA	6,50%	2.798.069,50	3.415.194,12	617.124,62
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	2.002,9374	IPCA	6,30%	5.392.319,93	6.536.862,53	1.144.542,60
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	2.224,8825	IPCA	6,72%	5.676.062,25	7.261.210,72	1.585.148,48
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	2.436,7391	IPCA	7,95%	5.362.832,73	7.952.634,00	2.589.801,26
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	4.450,5410	IPCA	6,72%	11.354.104,28	14.524.954,13	3.170.849,85
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	8.043,5670	IPCA	6,34%	21.542.601,79	26.251.290,25	4.708.688,45
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	294,1160	IPCA	4,42%	1.058.819,12	981.788,01	-77.031,11
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	5.885,4233	IPCA	4,42%	21.187.557,31	19.646.122,17	-1.541.435,14
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	1.765,4718	IPCA	4,94%	5.857.204,44	5.893.318,56	36.114,12
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	5.885,4233	IPCA	4,94%	19.525.731,19	19.646.122,17	120.390,98
Carteira Própria	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	18.000,0000	IPCA	5,45%	55.323.357,84	60.085.771,48	4.762.413,64
Carteira Própria	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	18.000,0000	IPCA	5,50%	54.920.836,91		
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	3.272,5251	IPCA	6,41%	8.793.027,03		
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	5.885,4233	IPCA	6,41%	15.813.686,74		
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	3.305,6944	IPCA	6,02%	9.367.694,90		
Fundo Exclusivo	NTNB	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	869,1553	IPCA	6,46%	2.319.815,19		
Fundo Exclusivo	CDB	Itaú	Título Privado	08/03/2017	8.798,6457	IPCA	7,44%	19.546.769,84		
Fundo Exclusivo	CRI	BRC Securitizadora	Título Privado	12/01/2022	8,5363	IGPM	10,57%	2.611.146,39		
Fundo Exclusivo	Debênture	Copasa	Título Privado	15/02/2019	6,2083	IPCA	6,02%	5.689.042,03		
TOTAL								556.607.826,98	491.115.935,40	53.570.117,45

Plano PRODEMGE SALDADO										
Forma de Investimento	Característica	Emissor	Tipo	Data de Vencimento	Quantidade	Indexador	Taxa de Compra	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor Contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa Atuarial do Plano (B)	Ajuste de precificação dos ativos [(B) - (A)]
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2016	699,3400	IPCA	6,49%	1.975.905,57	1.997.865,87	21.960,30
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	293,9500	IPCA	7,63%	805.051,02	836.229,08	31.178,07
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	293,9500	IPCA	7,03%	810.949,08	836.229,08	25.280,00
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	525,9700	IPCA	6,31%	1.463.974,92	1.496.287,13	32.312,21
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	178,9100	IPCA	6,32%	497.918,30	508.970,96	11.052,67
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	6,2500	IPCA	5,55%	17.716,34	18.236,17	519,83
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	1.447,1800	IPCA	6,89%	3.944.378,78	4.219.730,15	275.351,39
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	102,5300	IPCA	7,49%	274.770,04	288.953,61	24.183,57
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	328,3200	IPCA	7,49%	2.219.857,16	2.415.248,19	195.378,03
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	109,2900	IPCA	6,29%	306.538,68	327.410,22	20.871,54
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	152,8700	IPCA	6,29%	428.751,56	447.942,32	29.190,76
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	699,3400	IPCA	6,34%	1.957.720,31	2.094.995,43	137.275,12
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	470,2900	IPCA	6,85%	1.265.555,62	1.463.711,89	198.156,06
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	411,8500	IPCA	7,01%	1.096.535,50	1.281.186,48	184.650,99
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	293,9500	IPCA	6,86%	790.404,81	914.859,69	124.454,88
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	588,0000	IPCA	7,01%	1.566.365,67	1.830.038,48	263.672,81
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	293,9500	IPCA	8,16%	730.326,93	914.859,69	184.532,76
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	955,3500	IPCA	6,01%	2.710.029,03	3.106.862,20	396.833,17
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	30,7600	IPCA	6,55%	83.070,17	100.027,76	16.957,59
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	1.025,2800	IPCA	6,55%	2.769.005,67	3.334.258,63	565.252,96
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	293,9500	IPCA	7,75%	684.389,44	969.511,93	285.122,49
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	293,9500	IPCA	6,77%	757.573,23	969.511,93	211.938,70
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	293,9500	IPCA	6,77%	757.573,23	969.511,93	211.938,70
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	293,9500	IPCA	6,77%	757.572,41	969.511,93	211.939,51
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	293,9500	IPCA	7,13%	729.015,53	969.511,93	240.496,40
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	176,4500	IPCA	7,00%	443.869,34	581.977,69	138.108,34
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	293,9500	IPCA	7,00%	738.438,36	969.511,93	230.073,57
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	410,0100	IPCA	6,92%	1.039.984,72	1.352.311,89	312.327,17
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	147,1300	IPCA	6,92%	373.187,82	485.283,21	112.075,39
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	30,9600	IPCA	6,92%	78.538,48	102.125,08	23.586,60
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/06/2035	201,5700	IPCA	7,99%	458.063,28	664.827,60	206.764,22
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	9,8400	IPCA	6,01%	27.524,38	32.463,60	4.939,23
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/06/2040	121,1900	IPCA	6,01%	343.771,26	413.871,46	70.100,20
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	1.555,0400	IPCA	6,01%	4.411.149,45	5.310.650,08	899.500,63
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	138,2100	IPCA	6,50%	369.840,14	471.995,54	102.355,39
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	1.062,7000	IPCA	6,34%	2.847.476,13	3.645.735,45	798.259,32
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	588,0000	IPCA	6,72%	1.500.293,49	2.017.201,43	516.907,94
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	321,9400	IPCA	7,95%	708.583,89	1.104.448,56	395.864,67
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	264,6200	IPCA	6,30%	712.421,85	907.826,58	185.406,73
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	293,9500	IPCA	6,72%	750.015,95	1.008.424,85	258.408,90
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	777,5700	IPCA	4,42%	2.799.817,46		
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	38,8600	IPCA	4,42%	139.914,26		
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	777,5700	IPCA	4,94%	2.579.860,62		
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	233,2500	IPCA	4,94%	773.898,51		
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	777,5700	IPCA	6,41%	2.089.758,25		
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	432,3600	IPCA	6,41%	1.161.989,12		
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	436,7700	IPCA	6,02%	1.237.535,38		
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	114,8300	IPCA	6,46%	306.459,45		
Fundo Exclusivo	CDB	Itaú	Título Privado	08/03/2017	1.162,4596	IPCA	7,44%	2.582.479,04		
Fundo Exclusivo	CRF	BRC Securitizadora	Título Privado	12/01/2022	1,1278	IGPM	10,57%	344.979,47		
Fundo Exclusivo	Debênture	Copasa	Título Privado	15/02/2018	0,8202	IPCA	6,02%	751.624,92		
TOTAL								58.973.024,00	52.370.099,31	8.165.181,81

Plano MGS										
Forma de Investimento	Característica	Emissor	Tipo	Data de Vencimento	Quantidade	Indexador	Taxa de Compra	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor Contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa Atuarial do Plano (B)	Ajuste de precificação dos ativos [(B) - (A)]
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2016	403,5594	IPCA	6,49%	1.140.201,58	1.157.505,81	17.304,23
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	169,6239	IPCA	7,03%	467.859,33	486.772,91	18.913,58
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	169,6239	IPCA	7,63%	464.532,78	486.772,91	22.240,13
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	303,5126	IPCA	6,31%	844.796,45	870.995,82	26.199,38
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2017	103,2416	IPCA	6,32%	287.327,06	296.274,41	8.947,35
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	3,6090	IPCA	5,55%	10.223,98	10.739,12	515,14
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	825,1035	IPCA	6,89%	2.275.287,36	2.464.961,51	208.674,16
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	59,1643	IPCA	7,49%	158.526,41	176.051,12	17.514,71
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2019	477,9880	IPCA	7,49%	1.280.815,62	1.422.316,97	141.501,36
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	63,0691	IPCA	6,29%	176.886,68	194.046,68	17.160,00
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	88,2139	IPCA	6,29%	247.409,05	271.410,51	24.001,46
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2020	403,5594	IPCA	6,34%	1.129.714,37	1.241.643,91	111.929,54
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	169,6239	IPCA	7,01%	451.874,76	552.345,01	100.470,25
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	237,5445	IPCA	6,86%	638.726,15	773.514,20	134.788,05
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	271,3864	IPCA	6,85%	730.176,22	883.713,49	153.537,27
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/09/2024	339,3070	IPCA	7,01%	903.907,13	1.104.882,68	200.975,54
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2024	169,6239	IPCA	8,15%	421.433,01	552.345,01	130.912,01
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	551,2925	IPCA	6,01%	1.563.956,31	1.917.884,87	353.928,56
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	17,7493	IPCA	6,55%	47.940,28	61.748,06	13.807,79
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2030	591,6426	IPCA	6,55%	1.598.008,23	2.058.268,81	460.259,58
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	169,6239	IPCA	6,77%	437.029,68	607.550,51	170.520,84
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	169,6239	IPCA	7,75%	394.917,91	607.550,51	212.632,50
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	169,6239	IPCA	7,13%	420.820,08	607.550,51	186.730,43
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	169,6239	IPCA	6,77%	437.029,68	607.550,51	170.520,84
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	169,6239	IPCA	6,77%	437.029,68	607.550,51	170.520,84
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	17,8676	IPCA	6,92%	48.312,19	63.997,30	15.685,10
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	84,9007	IPCA	6,92%	215.307,94	304.093,12	88.785,18
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	101,8217	IPCA	7,00%	256.081,03	364.699,84	108.618,80
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	116,3169	IPCA	7,99%	264.369,77	416.618,17	152.248,40
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	169,6239	IPCA	7,00%	426.570,01	607.550,51	180.980,50
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	236,5979	IPCA	6,92%	600.011,48	847.434,42	247.422,95
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2035	5,6798	IPCA	6,01%	15.984,48	20.343,51	4.459,04
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	69,9322	IPCA	6,01%	198.392,73	262.461,77	64.069,04
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	897,3443	IPCA	6,01%	2.545.704,33	3.367.815,30	822.110,97
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2040	79,7534	IPCA	6,50%	213.323,42	299.321,88	85.998,47
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	152,7029	IPCA	6,30%	411.107,77	581.977,28	170.869,50
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	169,6239	IPCA	6,72%	432.740,14	646.486,04	213.745,90
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	185,7758	IPCA	7,95%	408.859,66	708.023,50	299.163,81
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	339,3070	IPCA	6,72%	865.631,23	1.293.157,57	427.526,34
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/05/2045	613,2375	IPCA	6,34%	1.642.397,18	2.337.154,00	694.756,82
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	22,4233	IPCA	4,42%	80.723,84	88.383,05	7.659,21
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	448,7017	IPCA	4,42%	1.615.328,77	1.768.593,86	153.265,10
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	134,5987	IPCA	4,94%	446.580,33	530.531,62	83.951,16
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	448,7017	IPCA	4,94%	1.488.631,97	1.768.593,86	279.961,89
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	249,4957	IPCA	6,41%	670.375,98	983.407,21	313.031,23
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	448,7017	IPCA	6,41%	1.205.627,56	1.768.593,86	562.966,30
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	252,0397	IPCA	6,02%	714.188,37		
Fundo Exclusivo	NTN-B	Tesouro Nacional	Título Público	15/08/2050	68,2640	IPCA	6,46%	176.861,55		
Fundo Exclusivo	CDB	Itaú	Título Privado	08/03/2017	670,8043	IPCA	7,44%	1.490.235,19		
Fundo Exclusivo	CRI	BRC Securitizadora	Título Privado	12/01/2022	0,6508	IGPM	10,57%	199.072,49		
Fundo Exclusivo	Debênture	Copasa	Título Privado	15/02/2019	0,4733	IPCA	6,02%	433.729,72		
TOTAL								34.030.539,94	39.071.173,96	8.054.721,33

Anualmente a Fundação Libertas realiza estudos de ALM (Casamento de ativos e passivos), a fim de definir os limites de macroalocação dos investimentos da entidade, além de:

- Encontrar a melhor combinação de ativos para maximizar a probabilidade de os planos de benefícios da Fundação atingirem os seus objetivos, diante das premissas estabelecidas;
- Melhorar a condição de solvência dos planos, por meio da minimização da volatilidade do resultado acumulado;
- Reduzir o risco de liquidez.

5.3.5 Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários da Fundação Libertas é composta pelos seguintes imóveis, em 31 de dezembro de 2015:

- Imóvel denominado "AFONSO PENA"
- Imóvel denominado "BRASIF"
- Imóvel denominado "MAX APART"
- Imóvel denominado "PARAUNA"
- Imóvel denominado "RAJA CENTER"
- Imóvel denominado "FUNDAÇÃO LIBERTAS"
- Imóvel denominado "SILVIO MENICUCCI"
- Imóvel denominado "TRATEX"
- Imóvel denominado "LIFECENTER"

O valor total dos Investimentos Imobiliários constante na carteira da Fundação Libertas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, segregado por plano de Benefício, pode ser observado na tabela em sequência:

Em R\$ mil

PLANO	VALOR DO BEM		VALORES À RECEBER		DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVESTIMENTOS		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
COMIG – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
CDI – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
CODEMIGPREV – CD	-	-	-	-	-	-	-	-
COHAB SALDADO – BD	3.068	2.880	68	57	17	24	3.153	2.961
COHABPREV – CD	-	-	-	-	-	-	-	-
COPASA FECHADO - BD	609	626	14	12	3	5	626	643
COPASA SALDADO - BD	56.012	56.953	1.256	1.111	314	471	57.582	58.535
COPASA – CD	66.416	58.296	1.490	1.138	372	482	68.278	59.916
PRODEMIGE FECHADO - BD	456	280	11	-	3	1	470	281
PRODEMIGE SALDADO - BD	5.846	5.489	131	142	33	46	6.010	5.677
PRODEMIGE - CD	18.478	16.703	414	433	103	139	18.995	17.275
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3.176	3.266	71	64	18	27	3.265	3.357
IMA – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
MGS – BD	3.586	2.919	80	57	20	24	3.686	3.000
MINASCAIXA – BD	-	14.566	-	286	-	121	-	15.073
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	157.647	162.078	3.535	3.300	883	1.340	162.065	166.718

Estão constituídas provisões para perdas prováveis em relação aos valores à receber, já deduzidas dos saldos apresentados.

5.3.5.1 Renegociação de Dívida

Em junho de 2014 o LifeCenter Sistema de Saúde S/A, realizou renegociação de débitos junto à Fundação Libertas, parcelando em 62 meses, com atualização de INPC acrescido de juros de 0,5% a.m., o montante de R\$ 2.827 mil. A entidade recebeu tempestivamente as parcelas renegociadas até o mês de Outubro de 2015, ficando, o hospital, inadimplente após esta data. O hospital também ficou inadimplente em relação ao aluguel mensal a partir de Outubro de 2015. Os débitos vencidos são objetos de cobrança por parte da Fundação Libertas.

5.3.5.2 Reavaliação

A Fundação Libertas reavaliou os imóveis em Dezembro de 2015, por meio da empresa Raja Engenharia de Avaliações, CNPJ 02.651.291/0001-03, avaliador responsável Rildo Silva Cunha - CREA 61809/D. As reavaliações foram registradas na contabilidade em 31 de Dezembro de 2015 apresentando resultado negativo no segmento de R\$ 4.430 mil.

IMÓVEL	Data da avaliação	Histórico	Valor até a data de Avaliação	Valor da Avaliação	Resultado da Avaliação	Conta contábil relacionada
Imóvel "AFONSO PENA"	Dez/2015	Reavaliação	2.610.000,00	2.040.000,00	- 570.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "BRASIF"	Dez/2015	Reavaliação	11.421.055,00	10.516.832,00	- 904.223,00	1.2.3.6.04
Imóvel "MAX APART"	Dez/2015	Reavaliação	5.050.000,00	4.644.500,00	- 405.500,00	1.2.3.6.04
Imóvel "PARAUNA"	Dez/2015	Reavaliação	4.014.810,00	3.375.000,00	- 639.810,00	1.2.3.6.04
Imóvel "RAJA CENTER"	Dez/2015	Reavaliação	10.360.000,00	7.931.000,00	- 2.429.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "FUNDAÇÃO LIBERTAS"	Dez/2015	Reavaliação	83.880.000,00	86.397.000,00	2.517.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "SILVIO MENICUCCI"	Dez/2015	Reavaliação	10.132.000,00	8.958.000,00	- 1.174.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "TRATEX"	Dez/2015	Reavaliação	4.512.720,00	3.780.480,00	- 732.240,00	1.2.3.6.04
Imóvel "LIFECENTER"	Dez/2015	Reavaliação	30.096.923,30	30.004.615,61	- 92.307,69	1.2.3.6.04
TOTAL			162.077.508,30	157.647.427,61	- 4.430.080,69	

5.3.6 Operações com Participantes

As operações com participantes, realizadas por meio da carteira de empréstimos de cada plano de benefícios, é observada na tabela em sequencia.

As regras de concessão de empréstimos da Fundação a partir de maio de 2013 são, em síntese:

- Forma de correção: INPC + 0,8% a.m.
- Prazo máximo: 72 meses, observando a idade do participante
- Forma de cálculo: Sistema de Atualização Constante (SAC)

Anteriormente a essa data, a forma de correção dos contratos eram:

- Empréstimos concedidos antes de maio de 2004: i) Taxa SELIC, acrescida de juros de 0,246627% a.m.; ii) INPC acrescido da taxa de juros de 1,5% a.m.; iii) pela TR acrescida de juros que variam entre 1% e 1,5% a.m.

Empréstimos concedidos a partir de maio de 2004: Índice de correção: INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescida de juros de 1% a.m.

:

Em R\$ mil

PLANO	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	
	2015	2014
COMIG – BD	9	9
CDI – BD	-	158
CODEMIGPREV – CD	251	54
COHAB SALDADO – BD	420	163
COHABPREV – CD	23	19
COPASA FECHADO - BD	25	103
COPASA SALDADO - BD	5.076	4.808
COPASA – CD	32.594	29.494
PRODEMGE FECHADO - BD	33	58
PRODEMGE SALDADO - BD	755	781
PRODEMGE - CD	4.399	3.957
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	2.506	2.056
IMA – BD	-	-
MGS – BD	2.882	2.622
MINASCAIXA – BD	1.183	1.706
OPERAÇÕES COMUNS	-	-
TOTAL	50.156	45.988

Estão constituídas provisões para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimos, já deduzidas dos saldos apresentados, para fazer jus à inadimplência de empréstimos simples.

5.3.7 Outros Realizáveis – Plano Minas Caixa (Em Liquidação Extrajudicial)

Os direitos dos registros constantes nas contas “Outros Realizáveis”, abaixo listados, foram cedidos ao Estado de Minas Gerais, em cumprimento às disposições da Lei 21.527 de 16 de dezembro de 2014, contudo, permanecem ligados no Plano Minas Caixa (Em Liquidação Judicial)

- Imposto de Renda

Refere-se a valor a receber oriundo de discussões relativas ao Imposto de Renda recolhido no período compreendido entre maio de 1984 e dezembro de 1993. O direito foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, definitiva e irrevogável. Essa decisão assegura restituição do imposto pago indevidamente, bem como sua complementação e atualização monetária.

A provisão contábil foi reconhecida nas demonstrações financeiras do Plano MINASCAIXA no mês de dezembro de 2001. Em dezembro de 2014, conforme observado no item 4.2, o valor foi atualizado para R\$ 49.328 mil.

- IOF

Conforme descrito no item 4.2, no mês de Dezembro de 2014 foi provisionado o valor de R\$ 4.968 mil, para demonstrar os direitos do Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial) em relação ao pedido de repetição de indébito contra a União Federal, tendo em vista a sentença confirmada pelo TRF, transitada em julgado em outubro de 1996.

5.3.8 Contingência Ativa relacionada à OFND

O Administrador especial do Plano Minas Caixa (Em Liquidação Extrajudicial), decidiu por não prosseguir as discussões na ação coletiva movida pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, por meio do processo nº 91.0123902-3, que tem como objetivo o recebimento dos expurgos inflacionários aplicados nas posições em carteira das OFND durante as competências de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

A referida decisão foi tomada diante da derrota da Fundação Libertas em processo semelhante (Ação declaratória de cobrança 90.0009991-9), ajuizada perante a 15ª Vara federal da Justiça Federal de Minas Gerais.

5.4 Permanente (Plano de Gestão Administrativa)

O Ativo Permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa, e representa os itens de Imobilizado da Fundação Libertas. O quadro a seguir apresenta a abertura dos saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 com valores expressos já deduzidos da depreciação ou amortização acumulada.

Em R\$ mil

Imobilizado		
Itens	2015	2014
INSTALAÇÕES	1	2
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	225	187
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	48	54
VEÍCULOS	-	-
OBRAS DE ARTE	7	7
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	91	91
TOTAL	372	341

5.5 Exigível Operacional da Gestão Previdencial (Planos de Benefícios Previdenciais)

Os compromissos da Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são assim demonstrados:

Em R\$ mil

PLANO	BENEFÍCIOS A PAGAR		RETENÇÕES A RECOLHER		OBRIGAÇÕES CONTRATADAS		OUTRAS EXIGIBILIDADES		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
COMIG - BD	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
CDI - BD	-	83	-	5	-	-	146	10	146	98
CODEMIGPREV - CD	412	138	107	27	-	-	23	-	542	165
COHAB SALDADO - BD	173	159	20	20	107	255	127	-	427	434
COHABPREV - CD	2	-	-	-	-	-	10	7	12	7
COPASA FECHADO - BD	1.186	1.062	31	21	-	-	347	2.330	1.564	3.413
COPASA SALDADO - BD	2.897	2.201	852	722	-	-	870	228	4.619	3.151
COPASA - CD	1.729	841	791	578	-	-	763	15	3.283	1.434
PRODEMGE FECHADO - BD	600	676	11	4	-	-	224	233	835	913
PRODEMGE SALDADO - BD	452	792	224	136	-	-	53	341	729	1.269
PRODEMGE - CD	545	164	309	204	-	-	589	1.574	1.443	1.942
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	3	3	-	-	-	-	7	7	10	10
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	119	119	61	65	-	-	100	14	280	198
IMA - BD	385	407	1	3	-	-	15	2	401	412
MGS - BD	1.783	1.584	7	6	-	-	110	31	1.900	1.621
MINASCAIXA - BD	1.137	1.104	7	634	-	-	63.808	62.427	64.952	64.165
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	(107)	(255)	(2.500)	(523)	(2.607)	(778)
TOTAL	11.423	9.334	2.421	2.425	-	-	64.692	66.696	78.536	78.455

No grupo contábil de "Benefícios a Pagar" estão registrados os valores relativos aos benefícios do mês de dezembro de 2015, que serão quitados nos meses subsequentes, primordialmente no mês de janeiro de 2016. Nessa conta, também estão registrados outros benefícios a pagar aos participantes que não foram efetivamente liquidados. O mesmo se aplica às retenções a recolher da folha de benefícios de dezembro de 2015, que serão recolhidos ou repassados nos meses posteriores.

No grupo de "Obrigações Contratadas" consta o compromisso do Plano COHAB perante ao saldamento administrativo, conforme disposto no item 5.1.1.1.

No grupo de "Outras Exigibilidades", incluído nos exigíveis operacionais da Gestão Previdencial, estão registradas: contribuições a devolver das patrocinadoras, participantes e autopatrocinados; contribuições assistenciais descontadas dos participantes e assistidos à transferir para os planos assistenciais administrados

pela entidade; contribuições previdenciais a repassar para os planos previdenciais, taxa de administração e carregamento a repassar ao PGA. Também nesta conta, constam:

- Provisões referentes ao estorno da Taxa de Carregamento sobre as Parcelas do Termo de Confissão de Dívida dos Planos, a devolver às patrocinadoras:
 - CDI, no valor de R\$ 146 mil (Item 5.1.2.1);
 - COHAB Saldado, no valor de R\$ 127 mil (Item 5.1.2.1);
 - Copasa BD, que em dez/2104 montava R\$ 2.211 mil, teve seu valor atualizado e compensado, conforme disposto no Item 5.1.2.1;
- Taxa de Administração, apurado com base nos Recursos Garantidores de cada plano previdencial, cujo saldo ainda não havia sido transferido ao PGA:

Em R\$ mil

PLANO	Taxa de Administração a Repassar ao PGA
	2015
COMIG – BD	-
CDI – BD	-
CODEMIGPREV – CD	23
COHAB SILDADO – BD	-
COHABPREV – CD	5
COPASA FECHADO - BD	276
COPASA SILDADO - BD	850
COPASA – CD	746
PRODEMGE FECHADO - BD	131
PRODEMGE SILDADO - BD	53
PRODEMGE - CD	182
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	90
IMA – BD	13
MGS – BD	71
MINASCAIXA – BD	60
OPERAÇÕES COMUNS	(2.500)
TOTAL	-

- Provisão no Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial), no valor de R\$ 63.808 mil (Em 2014 era de R\$ 62.427 mil), em conformidade com o item 4.2.
- Os valores registrados em dezembro de 2014, em decorrência da provisão de abono anual de benefícios a pagar no total de R\$ 524 mil no Plano Prodemge Saldado, e R\$ 392 mil no Plano Prodemge CD, foram regularizados no mês de março de 2015.

5.6 Exigível Operacional da Gestão Administrativa (PGA)

O exigível operacional do Plano de Gestão Administrativa apresenta os valores a pagar relacionados a pessoal e encargos, tributos e retenções a recolher, credores e fornecedores diversos, cuja composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é apresentada a seguir:

Em R\$ mil

Exigíveis	2015	2014
CONTAS A PAGAR	2.249	2.205
TRIBUTOS / RETENÇÕES A RECOLHER	505	434
TOTAL	2.754	2.639

5.7 Exigível Operacional dos Investimentos (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

O exigível operacional dos investimentos apresenta os valores a pagar relacionados às diversas modalidades de investimentos efetuadas pela Fundação Libertas, conforme apresentado no quadro a seguir.

Em R\$ mil

PLANO	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
COMIG – BD	-	-	-	-	-	-
CDI – BD	-	-	-	1	-	1
CODEMIGPREV – CD	-	-	-	-	-	-
COHAB SALDADO – BD	3	6	-	1	3	7
COHABPREV – CD	-	-	-	-	-	-
COPASA FECHADO - BD	1	1	-	-	1	1
COPASA SALDADO - BD	53	126	30	7	83	133
COPASA – CD	63	122	51	38	114	160
PRODEMGE FECHADO - BD	-	-	-	-	-	-
PRODEMGE SALDADO - BD	6	19	2	3	8	22
PRODEMGE - CD	17	58	8	11	25	69
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3	7	4	3	7	10
IMA – BD	-	-	-	-	-	-
MGS – BD	3	6	5	5	8	11
MINASCAIXA – BD	-	34	1	3	1	37
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	(55)	-	(55)	-
TOTAL	149	379	46	72	195	451

5.8 Exigível Contingencial (Planos de Benefícios e PGA).

Os saldos contábeis registrados no exigível contingencial da Fundação Libertas são constituídos com base na opinião dos assessores jurídicos da Fundação, cuja previsão de insucesso nas demandas judiciais seja PROVÁVEL e que poderão se transformar em desembolsos futuros.

A seguir é demonstrado os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, segregados por Gestão (Previdencial e Administrativa) e Fluxo dos Investimentos:

Em R\$ mil

PLANO	GESTÃO PREVIDENCIAL		GESTÃO ADMINISTRATIVA		INVESTIMENTOS		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PGA GERAL	-	-	17.707	14.685	-	-	17.707	14.685
COMIG – BD	29	26	-	-	2.123	1.754	2.152	1.780
CDI – BD	-	-	-	-	1.866	1.569	1.866	1.569
CODEMIGPREV – CD	-	-	-	-	-	-	-	-
COHAB SALDADO – BD	-	-	-	-	2.289	1.943	2.289	1.943
COHABPREV – CD	-	-	-	-	-	-	-	-
COPASA FECHADO - BD	121	58	-	-	79.369	66.587	79.490	66.645
COPASA SALDADO - BD	146	400	-	-	167	448	313	848
COPASA – CD	210	197	-	-	198	458	408	655
PRODEMGE FECHADO - BD	1.399	1.278	-	-	14.477	12.825	15.876	14.103
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	17	43	17	43
PRODEMGE - CD	-	-	-	-	55	131	55	131
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	-	-	-	-	2.247	2.007	2.247	2.007
IMA – BD	-	-	-	-	640	567	640	567
MGS – BD	74	63	-	-	2.025	1.807	2.099	1.870
MINASCAIXA – BD	1.506	1.654	-	-	33.582	31.651	35.088	33.305
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.485	3.676	17.707	14.685	139.055	121.790	160.247	140.151

5.8.1 Exigível Contingencial da Gestão Previdencial (Planos Previdenciais)

5.8.1.1 Expurgo Inflacionário Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial)

Nos exercícios de 2004 e 2005, foram ajuizadas 487 ações contra a Fundação Libertas por ex-servidores da extinta MINASCAIXA, pleiteando correção monetária dos valores preteritamente levantados.

Por avaliação do departamento jurídico da Entidade, que tem como entendimento que já não existem mais divergências jurisprudenciais sobre o assunto, os valores contingenciais relativos aos expurgos inflacionários daqueles participantes que ajuizaram ação após o período prescricional possuem classificação de risco de perda jurídica “remota”. Por esse motivo, esses valores não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2015 e 2014.

Das 487 ações ajuizadas, apenas 28 processos possuíam classificação de risco avaliada pelos advogados como perda “provável”. Em 31 de dezembro de 2015, restavam apenas 19 causas em discussão, com valor total provisionado de R\$ 263 mil (R\$ 530 mil em dezembro de 2014). Tal valor está provisionado no Exigível Contingencial do plano previdencial MINASCAIXA (em liquidação extrajudicial).

5.8.1.2 Contingências Previdenciais

São ações judiciais provisionadas, relacionadas aos planos, no montante total de R\$ 3.222 mil que se referem a questionamentos previdenciais cuja possibilidade de perda é classificada pelos advogados como “provável”. Conforme detalhamento na tabela em sequência:

Em R\$ mil

PLANO	GESTÃO PREVIDENCIAL	
	2015	2014
COMIG – BD	29	26
COPASA FECHADO - BD	121	58
COPASA SALDADO - BD	146	400
COPASA – CD	210	197
PRODEMGE FECHADO - BD	1.399	1.278
MGS – BD	74	63
MINASCAIXA – BD	1.243	1.124
TOTAL	3.222	3.146

5.8.1.3 Ações judiciais não provisionáveis

Existem, ainda, ações de natureza previdencial, classificadas pelos advogados que patrocinam as causas como Possível e Remota, que não são passíveis de contabilização, conforme observado na tabela em sequência:

Em R\$ mil

Plano	Valor
COPASA BD	618
COPASA SALDADO	233
COPASA CD	92
MGS BD	67
PRODEMGE BD	89
PRODEMGE CD	1
TOTAL	1.100

5.8.2 Exigível Contingencial da Gestão Administrativa (PGA)

Os registros contábeis do Exigível Contingencial da Gestão Administrativa são compostos pelas seguintes contas:

Em R\$ mil

Processos	2015	2014
PIS	3.961	3.818
COFINS	8.710	7.901
INSS	883	923
Ações Trabalhistas	342	315
Outras Contingências	155	165
ISSQN	3.656	1.563
TOTAL	17.707	14.685

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, no âmbito de sua 282ª reunião, ocorrida em março de 2014, caso a Fundação Libertas não obtenha êxito nas ações que não possuem registros contábeis no âmbito do Plano de Gestão Administrativa ou seja necessário o seu provisionamento, os valores serão debitados diretamente ao PGA, de acordo com a proporcionalidade do rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo, à época das decisões e/ou registros. No caso de êxito nos processos com depósitos judiciais relacionados, ou provisões contábeis registradas, os valores serão creditados ao PGA de acordo com a proporcionalidade do rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo, à época das decisões e/ou registros.

Constam, ainda, discussões em processos administrativos e judiciais, vinculadas ao PGA, que não as descritas nos tópicos a seguir, classificadas pelos advogados que acompanham os processos como Possíveis e Remotas, e cujas provisões não são reconhecidas. Este montante, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 22 mil.

5.8.2.1 PIS e COFINS

- PIS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de PIS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 1.530 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Foi contratado escritório jurídico externo para a defesa e acompanhamento do referido processo. Por orientação dos assessores jurídicos, à época, julgou-se desnecessário o provisionamento dos valores. Tendo em vista que a base de cálculo do PIS é o faturamento, argui-se ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

Em abril de 2013 foi recebida intimação para efetuar o pagamento dos débitos discriminados, por ocasião do encerramento da discussão no âmbito administrativo. Subsequentemente, a Fundação ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, ocasião em que o montante de R\$ 2.534 mil foi depositado voluntariamente em juízo no mês de setembro/2013, para garantia do feito fiscal, embora a perspectiva de perda para essa ação fosse classificada como “possível”.

- PIS - Período posterior a 2006

A partir de 2006 e até o mês de Dezembro de 2014, seguindo orientação dos assessores jurídicos, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o PIS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é “Possível”. O valor atualizado dos depósitos realizados, em 31 de dezembro de 2015, monta em R\$ 1.427 mil.

Diante da publicação da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.544 de 26 de janeiro de 2015, que alterou as definições contidas na Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 e no Decreto Lei 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a fim de considerar a receita bruta decorrente das atividades ou objeto principal das pessoas jurídicas, como base de cálculo para apuração do PIS, a partir da competência Janeiro de 2015, os valores foram recolhidos normalmente aos cofres da Receita Federal.

- COFINS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de COFINS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.429 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Foi contratado escritório jurídico externo para a defesa e acompanhamento do referido processo. Por orientação dos assessores jurídicos, à época, julgou-se desnecessário o provisionamento dos valores, Tendo em vista que a base de cálculo do COFINS é o faturamento, argui-se ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

O processo está tramitando na esfera administrativa, junto à Delegacia da Receita Federal. A perspectiva de perda para essa discussão é “possível”, na esfera administrativa, razão pela qual não há provisão contábil reconhecida. O valor em discussão em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 13.311 mil.

- COFINS - Período posterior a 2006

A partir de 2006 e até o mês de Dezembro de 2014, seguindo orientação dos assessores jurídicos, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente a COFINS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". O valor atualizado dos depósitos realizados monta em R\$ 8.710 mil.

Diante da publicação da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.544 de 26 de janeiro de 2015, que alterou as definições contidas na Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 e no Decreto Lei 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a fim de considerar a receita bruta decorrente das atividades ou objeto principal das pessoas jurídicas, como base de cálculo para apuração do COFINS, a partir da competência Janeiro de 2015, os valores não mais serão depositados em juízo, pois serão recolhidos normalmente aos cofres da Receita Federal.

5.8.2.2 INSS

A Fundação Libertas vem questionando judicialmente o Adicional da Previdência Social à alíquota de 2,5% (Lei 8.212/91, Artigo nº 22 § 1º) que lhe é cobrada pelo INSS, bem como a contribuição sobre o salário-educação (2,5%) sobre a folha de salários. Para esta discussão, consta o depósito judicial, no total de R\$ 883 mil.

5.8.2.3 Ações Trabalhistas

A Fundação Libertas possui ações trabalhistas provisionadas, com probabilidade de perda classificada como "provável", no valor de R\$ 342 mil em 31 de dezembro de 2015. Consta no ativo relacionado ao PGA, depósitos judiciais na ordem de R\$ 34 mil.

5.8.2.4 Outras contingências administrativas

São representadas por ações de cunho administrativo que foram impetradas contra a Fundação Libertas, no montante provisionado de R\$ 155 mil, cuja probabilidade de perda foi classificada como "provável" pelos advogados que patrocinam as ações. Consta no ativo relacionado ao PGA, depósitos judiciais na ordem de R\$ 120 mil.

5.8.2.5 Autuações ISSQN – PBH

- ISS - Período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003

No dia 15 de julho de 2005, a Entidade foi atuada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quanto ao ISSQN próprio do período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.374 mil.

Em Novembro de 2012 o processo foi baixado e encaminhando para cobrança, não mais cabendo recurso na esfera administrativa. Por entender que não se verifica nas atividades da Fundação Libertas, a ocorrência de fato gerador do ISS e diante do ajuizamento da execução fiscal a Fundação Libertas apresentou embargos à execução fiscal.

Os advogados que acompanham a ação classificaram a perspectiva de perda como "possível", motivo pelo qual a Entidade não efetuou o provisionamento contábil do valor em discussão.

Em dezembro de 2015, a pedido da Fundação Libertas, os advogados atualizaram os valores em discussão, perfazendo o montante de R\$ 22.838 mil, conforme demonstrado em sequência:

Em R\$ mil	
	Valor
ATI 12404 (Planos de Saúde)	16.337
ATI 12664- A (Administração de fundos de investimentos)	4.077
ATI 12665- A (Administração de fundos previdenciais)	2.424
TOTAL	22.838

- ISS - Período de novembro de 2006 a fevereiro de 2011

No dia 4 de janeiro de 2012, a Entidade foi autuada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quanto a suposto crédito tributário devido a título de ISSQN, referente ao período de novembro de 2006 a fevereiro de 2011.

O processo encontra-se em fase administrativa, haja vista o entendimento de que não se verifica nas atividades da Fundação Libertas, a ocorrência de fato gerador do ISS. Os assessores jurídicos classificaram como “possível” a probabilidade de perda, motivo pelo qual não há provisão contábil para o referido auto de infração. O débito atualizado para 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 19.461 mil, conforme detalhado na tabela em sequência:

	Em R\$ mil
	Valor
AITI 30894-A (Planos de Saúde)	8.762
AITI 30896-A (Administração de Fundos Previdenciários)	9.552
AITI 30897-A (administração de fundos de empréstimos):	605
AITI 30898-A (administração correspondente bancário):	540
AITI 30899-A (descumprimento de obrigação acessória):	3
TOTAL	19.461

- ISS – Obrigações Acessórias

Também no dia 4 de janeiro de 2012, a Entidade foi autuada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte por deixar de cumprir obrigação acessória e prevista na legislação municipal.

Nos dias 25 e 26 de janeiro de 2012 a Fundação Libertas efetuou o recolhimento parcial da multa exigida, correspondente a R\$ 303 mil e R\$ 137 mil, com o desconto de 50% previsto na legislação. Em seguida foi protocolada Reclamação Administrativa objetivando o cancelamento da exigência fiscal.

O processo encontra-se em fase administrativa, aguardando julgamento, motivo pelo qual não há provisão contábil. Os assessores jurídicos classificaram como “Remota” a probabilidade de perda. O suposto valor do débito é de R\$ 155 mil.

- ISS - Período posterior a Março de 2014

A Fundação Libertas impetrou Mandado de Segurança com pedido de medida liminar, no qual se discute a incidência do ISSQN sobre as receitas decorrentes de suas atividades típicas. Neste Mandado de Segurança também foi requerida autorização para efetuar depósito judicial das supostas parcelas vincendas até ulterior decisão judicial. Desta forma, a partir de Março de 2014, a Fundação Libertas efetua mensalmente os depósitos judiciais, que em 31 de dezembro de 2015 montava em R\$ 3.656 mil, sendo R\$ 2.039 mil referente aos planos previdenciais e R\$ 1.617 mil referente aos planos Assistenciais.

5.8.3 Exigível Contingencial dos Investimentos

O Exigível Contingencial dos Investimentos possui os seguintes registros de provisões, em cada plano de benefícios administrado pela Fundação Libertas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

PLANO	IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA (AUTO 10680720499/2005 2000 a 2004)		CONTIGENCIAL -IPC FUNDASEMG - PROCESSOS: 89.10134-0 e 89.10143-9		Outras		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
COMIG - BD	1.937	1.716	186	38	-	-	2.123	1.754
CDI - BD	1.743	1.544	123	25	-	-	1.866	1.569
CODEMIGPREV - CD	-	-	-	-	-	-	-	-
COHAB SALDADO - BD	2.135	1.891	145	30	9	23	2.289	1.944
COHABPREV - CD	-	-	-	-	-	-	-	-
COPASA FECHADO - BD	73.800	65.367	5.465	1.124	105	96	79.370	66.587
COPASA SALDADO - BD	-	-	-	-	167	448	167	448
COPASA - CD	-	-	-	-	198	458	198	458
PRODEMGE FECHADO - BD	14.476	12.822	-	-	1	3	14.477	12.825
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	17	43	17	43
PRODEMGE - CD	-	-	-	-	55	131	55	131
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	2.237	1.982	-	-	9	26	2.246	2.008
IMA - BD	640	567	-	-	-	-	640	567
MGS - BD	2.014	1.784	-	-	11	23	2.025	1.807
MINASCAIXA - BD	33.582	31.524	-	-	-	125	33.582	31.649
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	132.564	119.197	5.919	1.217	572	1.376	139.055	121.790

Existem, ainda, ações de natureza de investimentos, classificadas pelos advogados que patrocinam as causas como Possível e Remota, que não são passíveis de contabilização, e totalizam R\$ 80 mil.

5.8.3.1 Imposto de Renda sobre aplicações financeiras

A Fundação ajuizou perante o Juízo Federal da Sexta Vara de Belo Horizonte ação declaratória e de repetição de indébito contra a União Federal, no sentido de que fosse declarada a inexistência de relação jurídico-tributária entre a Fundação e a União, que a obrigasse ao pagamento de imposto de renda incidente sobre dividendos, juros e demais rendimentos de capital recebidos ou auferidos pela Fundação Libertas. O pedido foi julgado procedente e foi confirmado em 14/10/1991.

Por intermédio da Medida Provisória Nº 2.222, de 4 de outubro de 2001, editada pelo Governo Federal, foi concedida às EFPC a opção de pagamento dos valores do Imposto de Renda Retido na Fonte em litígio de exercícios sociais anteriores em valores históricos, sem juros, multa e correção. Para tal, a Fundação deveria desistir de todas as ações judiciais movidas contra a Secretaria da Receita Federal. Todavia, a Fundação decidiu, à época, continuar com as ações judiciais contra o fisco federal, não utilizando os benefícios concedidos pela referida Medida Provisória.

A Medida Provisória Nº 2.222/2001 trouxe inovações ao ordenamento jurídico, tendo criado o Regime Especial de Tributação - RET, modalidade de apuração de imposto de renda pela qual puderam optar as EFPC. Esse regime especial de tributação, em vigor nos anos de 2002 a 2004, substituiu as regras gerais de tributação pelo imposto de renda aplicáveis às EFPC.

Em 29 de dezembro de 2004, por meio da Lei nº 11.053, as EFPC ficaram dispensadas de retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios.

5.8.3.1.1 Imposto de Renda incidente sobre os exercícios de 2000 a 2004

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas recebeu autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável nos exercícios de 2000 a 2004, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente no valor de R\$ 138.972 mil (Sendo R\$ 65.216 mil de principal, R\$ 48.912 mil de multa, e R\$ 24.844 mil de juros)

Em dezembro de 2015 o valor montava R\$ 274.155 mil, (Sendo R\$ 65.216 mil de principal, R\$ 48.912 mil de multa, e R\$ 160.027 mil de juros)

Embora a expectativa de perda para este processo tenha sido considerada como "possível", em 20 de dezembro de 2005, a Diretoria e a Assessoria Jurídica da Fundação definiram pelo provisionamento conforme determina a Medida Provisória nº 2.222, de 4 de outubro de 2001, que criou o RET, utilizando o limitador de 12% sobre as contribuições das patrocinadoras. Vez que, caso a Entidade não tenha êxito na discussão, consta pedido alternativo, cujo pagamento proposto se dará em valores inferiores aos questionados pela Receita Federal

A provisão contábil referente a este processo observa o seguinte percentual de distribuição entre os planos de benefícios previdenciais:

Plano	%
COMIG – BD	1,72%
CDI – BD	1,55%
COHAB SALDADO – BD	1,89%
COPASA FECHADO - BD	65,43%
PRODEMGE FECHADO - BD	12,83%
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	1,98%
IMA – BD	0,57%
MGS – BD	1,79%
MINASCAIXA – BD	12,25%
Sub Total	100,00%

Adicionalmente a provisão parcial realizada pela Fundação Libertas, em dezembro de 2014 o administrador especial do Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial), solicitou que o referido Plano mantenha provisão integral para fazer face as discussões.

No exercício de 2015, foi observado que os ativos investidos, que fazem face a provisão referente ao Processo de Imposto de Renda, obtêm, regularmente, rentabilidade acima da atualização do Passivo Contingencial. Este efeito ocorre haja vista que os investimentos são rentabilizados, em média, pela variação composta da SELIC, enquanto o passivo contingencial é atualizado, somente pela parte referente aos juros, pela SELIC simples. Desta forma, como a variação dos ativos supera a variação do passivo, ocorre um descasamento em relação a contingência ora provisionada.

Diante deste efeito, e com base nos princípios que norteiam a contabilidade dos Planos de Benefícios Previdenciais, sobretudo em relação a segurança e proteção dos Planos de Benefício, a partir do exercício de 2015, o passivo contingencial referente ao Imposto de Renda, passou a ser atualizado pelo mesmo percentual de rentabilidade obtido pelo investimento, observando, sempre, o maior valor entre eles.

Desta forma a provisão contábil, ficou assim composta.

Plano	Provisão Ano 2015 Em R\$ mil	%	Provisão Ano 2014 Em R\$ mil	%
COMIG – BD	1.937	1,72%	1.716	1,72%
CDI – BD	1.743	1,55%	1.544	1,55%
COHAB SALDADO – BD	2.135	1,89%	1.891	1,89%
COPASA FECHADO - BD	73.800	65,43%	65.367	65,43%
PRODEMGE FECHADO - BD	14.476	12,83%	12.822	12,83%
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	2.237	1,98%	1.982	1,98%
IMA – BD	640	0,57%	567	0,57%
MGS – BD	2.014	1,79%	1.784	1,79%
MINASCAIXA – BD	13.817	12,25%	12.238	12,25%
Sub Total	112.799	100,00%	99.911	100,00%
MINASCAIXA – BD	19.765		19.286	
TOTAL	132.564		119.197	

5.8.3.2 Processo FUNDASEMG X IPC

Refere-se a duas discussões judiciais de autoria do IPC - Instituto de Previdência dos Congressistas, conforme detalhado a seguir, os quais inicialmente estavam sendo defendidas por escritório terceirizado, contratado pela então FUNDASEMG.

• **AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL de nº 89.10134-0**

Ajuizada perante a 9ª Vara Federal de Brasília, cuja decisão já transitou em julgado, entrará na fase de liquidação por artigos, com a finalidade de se calcular o valor da condenação imposta aos réus no processo. A ação em questão foi proposta contra a FUNDASEMG, Paulo Gustavo Coutinho de Faria, ex-presidente do IPC e CREDIMUS – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Na aludida ação, o IPC busca o ressarcimento dos prejuízos que lhe foram causados em decorrência de fraude envolvendo a operação de compra, seguida de permuta, de 174.416 Títulos da Dívida Agrária, de sua titularidade, por 43.018,500 obrigações da ELETROBRÁS, as denominadas “ELETROS”. A então FUNDASEMG contestou a ação e denunciou à lide o seu ex-presidente, Márcio Valadares de Lacerda Rocha.

A sentença proferida, em 26 de fevereiro de 1996, julgou a ação improcedente com referência à FUNDASEMG e procedente contra os demais réus, condenando-os quanto à perda, por parte do IPC. Posteriormente, em razão de recurso interposto pelo IPC, a sentença foi reformada por maioria de votos, para condenar, também, a Fundação, de forma solidária.

Em dezembro de 2009, a UNIÃO, como sucessora do extinto IPC, conforme art. 1º, da Lei nº 9.506/97, requereu o cumprimento da sentença com relação a sua parte líquida, na quantia de R\$ 20.107,00 (vinte mil, cento e sete reais), correspondente às custas processuais. A Fundação foi intimada para efetuar o pagamento da aludida importância no mês de abril de 2012. Com referência à parte ilíquida da decisão, a sua apuração será efetuada por artigos.

• **AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE Nº 89.10143-9,**

Ajuizada perante a 6ª Vara Federal de Brasília, proposta pelo IPC contra a FUNDASEMG, Paulo Gustavo Coutinho de Faria, A Rural Colonização S/A, HP – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A e CREDIMUS Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O IPC busca, na citada ação, o ressarcimento dos prejuízos que lhe foram causados envolvendo a compra de 850 debêntures, de emissão da A Rural Colonização S/A, pelo valor de CZ\$ 4.438.889.509 (quatro bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e nove cruzados). A então FUNDASEMG, contestou a ação e denunciou à lide o seu ex-presidente, Márcio Valadares de Lacerda Rocha.

No curso do processo, o IPC firmou acordo com a co-ré A Rural Colonização S/A, que pagou ao autor a importância equivalente a U\$ 1.750.000,00 (Um milhão, setecentos e cinquenta mil dólares americanos). O acordo foi devidamente homologado pelo MM. Juiz da 6ª Vara da Justiça Federal de Brasília, com a exclusão da A Rural Colonização S/A da lide.

Posteriormente, em face do acordo firmado entre o IPC e A Rural Colonização S/A, entendeu o MM. Juiz do feito de julgar a ação improcedente com referência à FUNDASEMG e aos demais co-réus. O IPC recorreu da decisão e logrou êxito em seu intento, entendendo a 3ª Turma do TRF da 1ª Região que foi provado nos autos que os réus, em ações conjuntas e sincronizadas, que deram prejuízo ao IPC, são obrigados, excluídos os valores pagos pela A Rural Colonização S/A e os que forem objeto da ação ordinária na 9ª Vara Federal, a indenizar o IPC, pelos prejuízos a ele causados, na transação com as debêntures, emitidas pela A Rural Colonização S/A, inclusive a FUNDASEMG por atos praticados

por seu preposto. Em sua decisão, entendeu a 3ª Turma do TRF da 1ª Região de julgar a ação improcedente com referência apenas ao BANERJ.

5.8.3.2.1 Provisionamento

De 1992, época em que a então FUNDASEMG se encontrava sob intervenção, até dezembro de 2009, havia nos registros contábeis da Entidade provisionamento para pagamento de possíveis condenações nos citados processos, no importe de R\$ 507.000,00 (quinhentos e sete mil reais). Esse valor, ao que tudo indica, foi provisionado/contingenciado com base nos valores corrigidos das causas.

Em Dezembro de 2009, em virtude dos processos nº 89.10134-0 e 89.10143-9, movidos pelo IPC contra a Fundação Libertas não estarem contemplados no Relatório de acompanhamento da Assessoria jurídica à época, os valores foram baixados dos registros contábeis.

No ano de 2012, com a intimação recebida pela Fundação Libertas para pagar o valor correspondente às custas do processo de nº 89.10134-0. Após ampla análise, foi realizada a provisão contábil pelo somatório dos valores corrigidos das causas (R\$ 1.039.020,60, no exercício de 2012).

O provisionamento pelo somatório dos valores corrigidos das causas, no momento foi justificável e necessário pelo fato de que o processo de nº 89.10134-0, em curso na 9ª Vara Federal, entraria na fase de liquidação por artigos, não se podendo precisar no momento o valor da condenação que emergirá do processo. Quanto ao processo de nº 89.10143-9, em curso na 6ª Vara Federal, ainda não havia sido transitado em julgado. Isto posto, não havia uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Considerando que a FUNDASEMG à época administrava o Plano de Benefícios RP1 (Plano COPASA Fechado), o Plano de Benefícios RP3 (Plano CDI), o Plano de Benefícios RP7 (Plano COMIG), o Plano de Benefícios RP9 (Plano COHAB Saldado), o Plano de Benefícios RP 11 (Plano DEOP) e o Plano de Benefícios FJP, foi necessário definir os planos que receberiam a quota parte do contingenciamento, cujos parâmetros utilizados estão descritos a seguir:

- Planos de Benefícios Patrocinados pela COPASA: à época dos fatos abrangidos na ação, a COPASA patrocinava apenas o Plano COPASA RP1, sendo que, atualmente, em decorrência da Estratégia Previdencial adotada no exercício social de 2010, criou-se os Planos COPASA Saldado e o Plano COPASA CD, os quais receberam participantes e assistidos, assim como os recursos oriundos do Plano COPASA RP1. Porém, considerando que a cobertura do Exigível Contingencial em referência será plenamente assumida pela Patrocinadora de cada Plano Previdencial oriundo da FUNDASEMG, a quota parte atribuída à patrocinadora COPASA foi contingenciada no Plano COPASA RP1, que já existia à época do fato que originou a contingência.
- Planos de Benefícios Patrocinados pela COHAB: da mesma forma relatada no item anterior, à época dos fatos abrangidos na ação, a COHAB patrocinava apenas o plano COHAB RP9, atualmente denominado Plano COHAB Saldado, sendo que, atualmente, patrocina também o Plano COHABPREV. Porém, o Plano COHABPREV não recebeu recursos do Plano COHAB RP9, pois foi este foi constituído com recursos novos dos participantes, sem que ocorresse migrações de saldos. Portanto, o Plano COHAB RP9 recebeu a quota parte da referida contingência cabível à Patrocinadora COHAB.
- Planos de Benefícios Patrocinados pela CODEMIG: A CODEMIG é a atual patrocinadora dos Planos Previdenciais CDI e COMIG. Desta forma a parcela da contingência do IPC atribuível a cada plano será alocada de forma proporcional aos dois planos.
- Planos de Benefícios FJP e DEOP: estes planos tiveram o patrocínio retirado no exercício social de 2012, em data anterior ao contingenciamento das ações do IPC. Por este motivo, tais planos não foram alcançados pelo rateio das responsabilidades da contingência, inclusive porque na época se encontravam em fase de encerramento definitivo junto ao órgão fiscalizador.

Para a atribuição dos valores relativos à alocação das contingências relacionadas ao IPC aos Planos COPASA RP1, COHAB RP9, CDI e COMIG foi utilizado o ativo total em 31 de dezembro de 2012 para apuração do percentual atribuído a cada plano, conforme quadro apresentado a seguir.

Plano	Ativo Registrado no Balancete em 31/12/2012	Percentual Calculado a partir do Balancete de 31/12/2012
Copasa Fechado	120.860.953,17	92,318%
Copasa Saldado	757.213.094,87	
Copasa CD	774.983.582,91	
CDI Previdencial	37.182.059,07	2,077%
COHAB Previdencial Saldado	43.814.713,72	2,447%
COMIG Previdencial	56.555.053,69	3,158%
TOTAL	1.790.609.457,43	100,00%

No exercício de 2012, os valores atribuíveis a cada plano de benefícios oriundos da FUNDASEMG apresentados no quadro anterior, foram registrados no Exigível Contingencial dos Investimentos, tendo como contrapartida as Provisões Matemáticas a Constituir na parcela atribuível somente aos patrocinadores dos referidos Planos. Em virtude do fato que originou o contingenciamento ser anterior a Emenda Constitucional nº 20, a entidade entende não ser obrigatória a aplicação da paridade entre patrocinadores e participantes, uma vez que o fato que deu origem ao referido contingenciado foi de responsabilidade somente das patrocinadoras da FUNDASEMG.

5.8.3.2.2 Desdobramentos dos processos

No ano de 2015 a Fundação Libertas foi intimada a pagar o montante de R\$ 4.508 mil, atualizado até maio de 2014, acrescido dos honorários totais de R\$ 316 mil. Os valores atualizados até Junho de 2015 totalizaram R\$ 5.493 mil (Sendo R\$ 5.134 mil referente a atualização do débito e R\$ 359 mil, referente aos honorários), referente ao processo relacionado às debêntures (nº 89.10143-9).

A diferença entre o valor efetivamente pago pela Fundação (R\$ 5.493 mil) e o valor até então provisionado para o processo (R\$ 1.081 mil) foi reconhecido o passivo contingencial, no ato do pagamento. No mesmo momento foi constituído um direito à receber nos Planos de Benefícios referente a responsabilidade das Patrocinadoras.

Plano	Em R\$ mil		
	Valor do débito	Valor provisionado	Diferença à receber
COPASA BD (RP1)	5.071	998	4.073
CDI BD (RP3)	114	22	92
COHAB BD (RP9)	134	26	108
COMIG BD (RP7)	173	34	139
TOTAL	5.492	1.081	4.411

Em Outubro de 2015, a patrocinadora CODEMIG, quitou integralmente os valores atribuídos aos Planos CDI (R\$ 93 mil) e COMIG (R\$ 141 mil), já com as devidas atualizações.

Em Dezembro de 2015, o montante atualizado, atribuído ao Plano COHAB, foi compensado com os valores devidos pela Fundação Libertas à patrocinadora (referente a devolução da taxa de carregamento incidente sobre os contratos de dívida, conforme descrito no item 5.1.2.1). Total de R\$ 114 mil

Também em Dezembro de 2015, parte do montante atribuído ao Plano COPASA FECHADO BD, já atualizado, foi compensado com os valores devidos pela Fundação Libertas à patrocinadora (referente a devolução da taxa de carregamento incidente sobre os contratos de dívida, conforme descrito no item 5.1.2.1). Total de R\$ 3.231 mil

O restante (R\$ 1.061 mil), deverá ser liquidado a medida em que a patrocinadora realizar o pagamento, ocasião em que será reconhecida receita para o plano COPASA FECHADO BD.

A ação referente aos Títulos da Dívida Agrária (nº 89.10134-0) consta nos relatórios dos advogados que patrocinam as causas como perda "provável", motivo pelo qual o valor é provisionado. Para a ação referente às debêntures (nº 89.10143-9), enquanto o processo não for baixado, os valores permanecerão provisionados. O montante em dezembro de 2015, era de R\$ 5.919 mil (Em Dez/2014 era de R\$ 1.218 mil).

Em R\$ mil

Plano	2015	2014	%
COPASA BD (RP1)	5.465	1.124	92,32%
CDI BD (RP3)	123	25	2,08%
COHAB BD (RP9)	145	30	2,45%
COMIG BD (RP7)	186	38	3,15%
TOTAL	5.919	1.218	100,00%

5.8.4 Responsabilidade das patrocinadoras em Retirada de Patrocínio

Patrocinadora CODEMIG: Com base no "Termo de Resilição de Convênio de Adesão e de Retirada de Patrocínio", de março de 2013, no que se refere ao Exigível Contingencial mantido nos Planos COMIG e CDI, com a respectiva cobertura patrimonial, será de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CODEMIG, que permanecerá responsável pelas obrigações e direitos imputados e imputáveis a tal Exigível Contingencial pertinente a cada Plano, mesmo depois de consumada a retirada de patrocínio, podendo, inclusive, resultar em objeto de Instrumento próprio a ser celebrado entre as Partes, se for o caso.

5.9 Provisões Matemáticas (Planos de Benefícios Previdenciais)

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com as Avaliações Atuariais de Encerramento do Exercício, executadas sob a responsabilidade da empresa GAMA Consultores Associados Ltda., e representam o montante das obrigações previdenciais dos Planos no encerramento do exercício, sendo composta pela Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e pela Provisão Matemática a Constituir, representadas abaixo, segregadas por plano de benefícios.

Em R\$ mil

PLANO	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		BENEFÍCIOS A CONCEDER		(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
COMIG – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
CDI – BD	-	14.558	-	18.056	-	-	-	32.614
CODEMIGPREV – CD	24.618	12.042	3.263	1.950	-	-	27.881	13.992
COHAB SALDADO – BD	30.596	27.571	17.811	16.831	-	-	48.407	44.402
COHABPREV – CD	92	-	5.698	6.061	-	-	5.790	6.061
COPASA FECHADO - BD	39.133	33.435	14.303	13.236	(34)	(235)	53.402	46.436
COPASA SALDADO - BD	608.402	484.384	398.622	366.766	-	-	1.007.024	851.150
COPASA – CD	143.226	118.485	786.435	739.833	-	-	929.661	858.318
PRODEMGE FECHADO - BD	4.943	5.074	1.500	336	(1.461)	(1.338)	4.982	4.072
PRODEMGE SALDADO - BD	106.697	91.063	1.024	783	-	-	107.721	91.846
PRODEMGE - CD	72.150	70.292	241.711	215.457	-	-	313.861	285.749
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	13.834	14.768	24.714	24.055	-	-	38.548	38.823
IMA – BD	1.458	1.503	1.673	1.661	-	-	3.131	3.164
MGS – BD	10.060	6.487	20.189	16.503	(1.487)	(1.589)	28.762	21.401
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.055.209	879.662	1.516.943	1.421.528	(2.982)	(3.162)	2.569.170	2.298.028

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos refere-se às obrigações líquidas dos planos, previstas nos respectivos regulamentos, para com seus assistidos ou beneficiários em gozo de prestação continuada.

A Provisão matemática de Benefícios a Conceder refere-se às obrigações líquidas dos planos, previstas nos respectivos regulamentos, com os participantes que ainda não são elegíveis à percepção de benefícios e com aqueles que já são elegíveis, mas não os requereram.

As Provisões Matemáticas a Constituir, no âmbito dos Planos Administrados pela Fundação Libertas observam:

- Plano Copasa Fechado: R\$ 34 mil referente à Joias cobrada dos participantes, nos termos do regulamento do Plano;
- Plano Prodemge Fechado: R\$ 1.461 mil referente ao equacionamento do déficit apurado no encerramento do exercício de 2014, cuja contribuição extraordinária do participante se dá pela aplicação do fator de 0,271 sobre o valor das contribuições normais de sua responsabilidade, a do patrocinador pela aplicação do fator de 3,754 sobre o valor das contribuições normais de sua responsabilidade e a do assistido pela aplicação do percentual de 15,506% de sua suplementações.
- Plano MGS: R\$ 1.487 mil referente à Joias cobrada dos participantes, nos termos do regulamento do Plano.

5.9.1 Prazo Médio de Duração do Passivo dos Planos

Em conformidade com o disposto na Resolução CNPC 15, de 19 de novembro de 2014, Prazo Médio de Duração do Passivo dos Planos corresponde à média ponderada dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano constituído na modalidade de Benefício Definido, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

O Prazo Médio de Duração do Passivo dos Planos, em Dezembro de 2015, consta detalhada a seguir.

Plano	CNPB	Duração do Passivo
COHAB - SALDADO	1982.0027-19	11,18
COPASA - FECHADO	1982.0028-83	14,23
COPASA - SALDADO	2010.0024-74	11,63
PRODEMGE - FECHADO	1994.0015-18	14,31
PRODEMGE - SALDADO	2014.0013-83	10,26
IMA	1998.0005-83	18,00
MGS	1992.0009-56	12,44

5.9.2 Principais Premissas Adotadas

Nos quadros a seguir são apresentadas as principais premissas adotadas nas Avaliações Atuariais de Encerramento do Exercício de 2015 e 2014, devidamente testadas, pela empresa GAMA, quanto a sua aderência, ou recomendadas pelas patrocinadoras, conforme o caso, de acordo com o previsto na Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e alterações posteriores.

Para o exercício de 2015, as taxas de juros constantes nas tabelas a seguir, foram calculadas conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23 de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 25 de dezembro de 2015, e levou em consideração a Duração do Passivo do Plano de Benefícios, descritas no item 5.9.1

Plano COHAB Saldado		
Patrocinadora: Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	5,17%	5,05%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Juros a.a. (i)	5,50%	5,50%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	GIM-94 M & F	GIM-94 M & F
Observações:	(i) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA	

Plano COHABPREV		
Patrocinadora: Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	0,00%	0,00%
Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Juros a.a. (ii)	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (ii) – (iii)	GIM-94 M & F	GIM-94 M & F
Observações:	(i) Premissa de inflação projetada não utilizada pois os benefícios são permanentemente ajustados aos Saldos de Contas. (ii) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA (iii) Premissa Aplicável apenas para rendas por prazo indeterminado	

Plano COPASA BD		
Patrocinadora: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	5,17%	5,03%
Rotatividade (ii)	1,026%	1,026%
Projeção de Crescimento Real de Salário (i)	1,20%	2,78%
Taxa de Juros a.a. (i)	4,15%	5,00%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F
Observações:	(i) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA (ii) Tábua Experiência Copasa Ajustada (Taxa Média de 1,026% ao ano até a idade da aposentadoria e nula após essa idade)	

Plano COPASA SALDADO		
Patrocinadora: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	5,17%	5,05%
Rotatividade (ii)	1,026%	1,026%
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a. (i)	4,90%	5,50%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	AT-2000 (suavizada e 10%) M & F	AT-2000 (suavizada e 10%) M & F
Observações:	(i) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA (ii) Tábua Experiência Copasa Ajustada (Taxa Média de 1,026% ao ano até a idade da aposentadoria e nula após essa idade)	

NOVO PLANO COPASA		
Patrocinadora: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	0,00%	0,00%
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a. (ii)	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (ii) – (iii)	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F
Observações:	(i) Premissa de inflação projetada não utilizada pois os benefícios são permanentemente ajustados aos Saldos de Contas (ii) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA (iii) Premissa Aplicável apenas para rendas por prazo indeterminado e cálculo do custo para cobertura do Saldo Projetado.	

Plano CODEMIGPREV		
Patrocinadora: Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI/MG (Atual CODEMIG)		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014) – (i)
Inflação projetada a.a. (i)	0,00%	0,00%
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a. (ii)	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (ii) - (iii)	GIM 94 M & F	GIM 94 M & F
Observações:	(i) Premissa de inflação projetada não utilizada pois os benefícios são permanentemente ajustados aos Saldos de Contas (ii) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA (iii) Premissa Aplicável apenas para rendas por prazo indeterminado	

Plano MGS		
Patrocinadora: Minas Gerais Administração e Serviços S.A		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	5,17%	5,05%
Rotatividade (i)	12,34 (ii)	13,13%(iii)
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,32%	0,74%
Taxa de Juros a.a. (i)	3,87%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F
Observações:	(i) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA (ii) Tábua Gama/Rot – Experiência MGS 2009 (D25%) (Taxa Média de 12,34% ao ano até a idade da aposentadoria e nula após essa idade) (iii) Tábua Gama/Rot – Experiência MGS 2009 (D20%) (Taxa Média de 13,13% ao ano até a idade da aposentadoria e nula após essa idade)	

Plano PRODEMGE		
Patrocinadora: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	5,17%	5,00%
Rotatividade – Taxa Média (i)	Nula	4,98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	4,38%	1,40%
Taxa de Juros a.a. (i)	4,25%	5,29%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F
Observações:	(i) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA	

Plano PRODEMGEPREV		
Patrocinadora: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	0,00%	0,00%
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a. (ii)	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (ii) - (iii)	GIM-94 M & F	GIM-94 M & F
Observações:	(i) Premissa de inflação projetada não utilizada pois os benefícios são permanentemente ajustados aos Saldos de Contas (ii) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA (iii) Premissa Aplicável apenas para rendas por prazo indeterminado e cálculo do custo para cobertura do Saldo Projetado.	

Plano PRODEMGESALDADO		
Patrocinadora: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	5,00%	5,00%
Rotatividade	Nula	4,98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a. (i)	4,56%	5,29%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F
Observações:	(i) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA (ii) Premissa Aplicável apenas para rendas por prazo indeterminado	

Plano CDPREV		
Patrocinadora: Fundação Libertas de Segurança Social		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	0,00%	0,00%
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a. (ii)	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (ii) - (iii)	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F
Observações:	(i) Premissa de inflação projetada não utilizada pois os benefícios são permanentemente ajustados aos Saldos (ii) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA; (iii) Premissa Aplicável apenas para rendas por prazo indeterminado	

Plano IMA		
Patrocinadora: Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA		
	Exercício Atual (31/12/2015)	Exercício Anterior (31/12/2014)
Inflação projetada a.a. (i)	5,17%	5,03%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,00%	1,00%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	3,88%	3,91%
Tábua Atuarial Geral	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F
Observações:	(i) Estudos de teste de aderência, Consultoria GAMA	

5.10 Equilíbrio Técnico (Planos de Benefícios Previdenciais)

Registra o superávit ou déficit em relação as Provisões Matemáticas de cada Plano constituído na modalidade de Benefício Definido. O superávit técnico acumulado em cada Plano, significa que o patrimônio de cobertura do plano de benefícios é suficiente para garantia dos compromissos com participantes e assistidos, na data desde

que cumprido o Plano de Custeio determinado, e que as premissas atuariais realizadas sejam aderentes às utilizadas no cálculo atuarial. Ao passo que o déficit técnico acumulado, representa uma situação em que o patrimônio previdenciário não é suficiente para cobertura dos compromissos previdenciais com participantes e assistidos.

Os Planos de Benefícios constituídos na modalidade de Contribuição Definida não constituem superávit ou déficit. As reservas dos participantes são formadas pelo valor total das contribuições previdenciais, além da movimentação no Ativo Líquido do respectivo plano.

O superávit/déficit de cada plano previdencial apurado no exercício social de 2015 e 2014 está apresentado no quadro a seguir:

Em R\$ mil

PLANO	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO		(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
COMIG – BD	52	54	-	-	52	54
CDI – BD	301	5.953	-	-	301	5.953
CODEMIGPREV – CD	-	-	-	-	-	-
COHAB SALDADO – BD	-	-	(747)	(804)	(747)	(804)
COHABPREV – CD	-	-	-	-	-	-
COPASA FECHADO - BD	-	2.053	(2.302)	-	(2.302)	2.053
COPASA SALDADO - BD	-	-	(126.652)	(28.365)	(126.652)	(28.365)
COPASA – CD	-	-	-	-	-	-
PRODEMGE FECHADO - BD	-	1.102	(837)	-	(837)	1.102
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	(11.565)	(712)	(11.565)	(712)
PRODEMGE - CD	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	13	10	-	-	13	10
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	-	-	-	-	-	-
IMA – BD	2.550	2.932	-	-	2.550	2.932
MGS – BD	15.764	16.928	-	-	15.764	16.928
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COMUNS	(18.680)	(29.032)	18.680	29.032	-	-
TOTAL	-	-	(123.423)	(849)	(123.423)	(849)

Os déficits apurados nos planos de benefícios são assim explicados:

- Plano COHAB Saldado

O déficit do Plano reduziu de R\$ 804 mil, em 2014 para R\$ 747 mil em 2015, resultante de um superávit no exercício de R\$ 57 mil, motivado, de forma geral, pela redução da premissa de fator de capacidade e pelas movimentações cadastrais ocorridas no período.

- Plano Copasa Fechado

O superávit do Plano de R\$ 2.053 mil em 2014, reverteu para um déficit de R\$ 2.302 mil em 2015, decorrente de um déficit técnico no exercício de R\$ 4.355 mil, motivado, em especial, pelas alterações das hipóteses atuariais definidas no Plano, pela mutação patrimonial e pelo não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que resultou em uma perda atuarial de 4,31%.

- Plano Copasa Saldado

O déficit do Plano aumentou de R\$ 28.365 mil em 2014, para R\$ 126.652 mil em 2015, representando um déficit técnico no exercício de R\$ 98.287 mil, motivado, em especial pela alteração da hipótese de

taxa de juros, por novas concessões de aposentadorias e pensões e pelo não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que resultou em uma perda atuarial de 4,19%,

- Plano Prodemge Fechado

O superávit do Plano de R\$ 1.102 mil em 2014, reverteu para um déficit de R\$ 837 mil em 2015, representando um déficit técnico no exercício de R\$ 1.939 mil, motivado, em especial, pelas alterações das hipóteses atuariais definidas no Plano, pela mutação patrimonial e pelo não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que resultou em uma perda atuarial de 3,75%.

- Plano Prodemge Saldado

O déficit do Plano aumentou de R\$ 712 mil em 2014, para R\$ 11.565 mil em 2015, representando um déficit técnico no exercício de R\$ 10.853 mil, motivado, em especial, pela alteração da hipótese de taxa de juros e pelo não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que resultou em uma perda atuarial de 3,08%.

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social apresenta, de forma consolidada, as movimentações no patrimônio social, inclusive quanto ao resultado dos planos.

5.10.1 Equilíbrio Técnico Ajustado

A partir do exercício de 2015, e com base na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 19 de 04 de fevereiro de 2015, o resultado final, contabilizado em 31 de Dezembro de 2015, deve ser ajustado e destacado na Demonstração do Ativo Líquido.

O objetivo deste ajuste é apurar os limites de destinação e utilização de superávit e de equacionamento de déficit, sendo feito da seguinte forma:

- I. Identificar o valor contábil dos títulos públicos federais, atrelados a índice de preço e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Indicado no item 5.3.4.
- II. Calcular o valor dos títulos públicos federais, atrelados a índice de preço e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, com base na taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial. Item 5.3.4.
- III. A diferença apurada entre os números acima, corresponde exatamente ao ajuste a ser realizado no superávit ou déficit contabilizado em 31 de dezembro de 2015.
- IV. Em seguida, o déficit ou o superávit ajustado é comparado com os limites para equacionamento de déficit, bem como, no caso de superávit, para formação da reserva de contingência, que por sua vez é apurado pelas fórmulas
 - a. **Limite de Déficit técnico acumulado:**
 $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática deduzidas das Provisões Matemáticas à constituir.}$
 - b. **Limite para formação da reserva de contingência:**
O menor valor entre $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática deduzidas das Provisões Matemáticas à constituir}$ e 25% das Provisões Matemáticas deduzidas das Provisões Matemáticas à constituir.

Finalmente, nos quadros a seguir constam as informações sobre o resultado contabilizado de cada plano de benefícios constituído na modalidade de Benefício Definido. Também consta as informações sobre o ajuste de precificação e sobre os limites negativos para equacionamento de déficit.

Plano	Resultado Técnico Contabilizado Superávit / Déficit	Ajuste de precificação	Resultado Técnico Ajustado à precificação	Limite do Déficit técnico acumulado
COHAB - SALDADO	(748.068,13)	2.436.724,13	1.688.656,00	(3.475.580)
COPASA - FECHADO	(2.301.593,73)	Não possui ativos na curva	(2.301.593,73)	(5.463.004,41)
COPASA - SALDADO	(126.652.040,70)	53.570.117,45	(73.081.923,25)	(76.835.985,07)
PRODEMGE - FECHADO	(837.516,21)	524.682,81	(312.833,40)	(513.616,22)
PRODEMGE - SALDADO	(11.564.637,58)	8.165.181,81	(3.399.455,77)	(6.743.348,32)
IMA	2.550.470,24	Não possui ativos na curva	2.550.470,24	-
MGS	15.764.356,68	Para o resultado positivo não aplica-se ajuste	15.764.326,981	-

A apuração do "Resultado Técnico Ajustado" de cada plano de benefício apresenta montante inferior aos limites legais para equacionamento de déficit. Contudo, com base em critérios técnicos e em busca de uma gestão proativa, a Fundação Libertas discutirá a melhor forma de manter a solvência dos Planos, inclusive, se for o caso, por meio de equacionamento de déficit a ser definido no decorrer do exercício de 2016.

5.11 Fundos (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

Os Fundos registrados no passivo dos planos, contemplam os Fundos Previdenciais, os Fundos Administrativos e os Fundos de Investimentos, sua composição em 31 de dezembro de 2015 é assim apresentada:

Em R\$ mil

PLANO	FUNDOS PREVIDENCIAIS		FUNDOS ADMINISTRATIVOS		FUNDOS DOS INVESTIMENTOS		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PGA GERAL	-	-	9.468	7.541,00	-	-	9.468	7.541
COMIG - BD	-	-	-	-	-	-	-	-
CDI - BD	-	-	41	540	-	13	41	553
CODEMIGPREV - CD	97	14	37	11	23	5	157	30
COHAB SALDADO - BD	-	-	1.783	2.023	13	12	1.796	2.035
COHABPREV - CD	-	-	82	113	-	-	82	113
COPASA FECHADO - BD	-	-	-	460	17	17	17	477
COPASA SALDADO - BD	-	-	1.737	655	352	323	2.089	978
COPASA - CD	20.245	14.667	3.694	2.151	1.098	910	25.037	17.728
PRODEMGE FECHADO - BD	-	-	-	18	9	9	9	27
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	456	364	73	68	529	432
PRODEMGE - CD	1.967	975	1.636	1.164	363	338	3.966	2.477
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	-	-	-	5	82	67	82	72
IMA - BD	9.415	7.398	2	1	10	10	9.427	7.409
MGS - BD	6.816	7.314	-	36	226	209	7.042	7.559
MINASCAIXA - BD	-	-	-	-	854	847	854	847
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	(9.468)	(7.541)	-	-	(9.468)	(7.541)
TOTAL	38.540	30.368	9.468	7.541	3.120	2.828	51.128	40.737

5.11.1 Fundo Previdencial

O Fundo da Gestão Previdencial é calculado atuarialmente pela empresa GAMA Consultores Associados Ltda e é assim composto:

- **Fundos Previdenciais - MGS:**

Fundo para Revisão do Plano: Constituído de acordo com a Resolução CGPC Nº 26, de 29/09/2008, com objetivo de revisão do Plano de benefícios da patrocinadora MGS que apresentou superávit acima de 25% das reservas matemáticas. Destinado aos participantes e assistidos que participavam do plano em 30 de junho de 2009 e que permaneceram no plano na data de início de utilização, qual seja, Abril de 2015. Valor equivalente será destinado à patrocinadora do Plano.

As movimentações no Fundo para Revisão do Plano podem ser observadas na tabela abaixo

	Participantes (Ativos e Assistidos)	Patrocinadora	TOTAL
Saldo inicial (Abril/2015)	3.857.211,315	3.857.211,315	7.714.422,63
Valor não contemplado	(971.945,49)	(971.945,49)	(1.943.890,98)
Quitação de débitos	(284.177,18)		(284.177,18)
Compensação de Contribuição	(136.900,72)	(136.877,33)	(273.778,05)
Pagamento na folha benefícios	(514.526,12)	(514.526,12)	(1.029.052,24)
Atualização financeira	174.998,58	196.366,24	371.364,82
Saldo Final	2.124.660,69	2.430.228,94	4.554.889,63

Fundo para Revisão do Plano (Reserva Especial 2012): Constituído após destinação da reserva especial em 2012, tendo em vista o superávit apurado acima de 25% das reservas matemáticas por três exercícios sociais. O Valor total do Fundo em Dezembro de 2015 era de R\$ 2.261 mil.

- **Fundo Previdencial – IMA**

Fundo para Revisão do Plano: Constituído de acordo com a Resolução CGPC Nº 26, de 29/09/2008, com objetivo de revisão do Plano de benefícios que estava com superávit acima de 25% das reservas matemáticas por três exercícios sociais consecutivos. O valor registrado em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 6.973 mil.

Fundo de devolução de contribuições vertidas pela patrocinadora: No exercício de 2013 foi constituído Fundo Previdencial com os valores aportados pela patrocinadora, passíveis de devolução, em atendimento ao ofício PREVIC 560/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2013 e no Parecer 24/2013 /CGTR/DITEC/PREVIC de 21 de dezembro de 2012. O montante das contribuições vertidas ao plano, pela patrocinadora IMA, foi segregado entre as contribuições destinadas ao custeio previdenciário, em normais e extraordinárias, e ao custeio administrativo. O valor registrado em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 2.442 mil, divididos entre Contribuições Previdenciais (R\$ 2.085 mil) e Administrativas (R\$ 357 mil).

- **Fundo Previdencial – Plano COPASA CD**

Fundo para Cobertura de Saldo Projetado: Fundo Previdencial formado com parcelas das Contribuições Normais dos Participantes e Patrocinadoras, no percentual de 5,057% (cinco inteiros e cinquenta e sete milésimos por cento) sobre os recursos coletados, para cobertura do Saldo Projetado, conta de natureza coletiva, que será registrada e mantida mensalmente no Fundo Previdencial regulamentar com nomenclatura "Fundo Previdencial para Cobertura do Saldo Projetado", conforme metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, atendendo, desta forma, os ditames da Resolução MPS/CGPC 26/08.

- **Fundo Previdencial – Plano PRODEMGE CD**

Fundo para Cobertura de Saldo Projetado: Fundo Previdencial formado com parcelas das Contribuições Normais dos Participantes e Patrocinadoras, no percentual de 6,964% (seis inteiros e

novecentos e sessenta e quatro milésimos por cento) sobre os recursos coletados, para cobertura do Saldo Projetado, conta de natureza coletiva, que será registrada e mantida mensalmente no Fundo Previdencial regulamentar com nomenclatura "Fundo Previdencial para Cobertura do Saldo Projetado", conforme metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, atendendo, desta forma, os ditames da Resolução MPS/CGPC 26/08.

Fundo de Sobra de Resgate da Conta Identificada da Patrocinadora: Constituído pelo crédito do saldo remanescente, em quantitativo de cotas, da Conta Identificada da Patrocinadora – CPI, não destinado àqueles que fizeram a opção de resgate, sendo que o saldo deste fundo poderá ser destinado, ou não, de forma integral ou parcial, com base em decisão do Conselho Deliberativo da Fundação e mediante autorização da Patrocinadora, considerando a metodologia e critérios constantes em Nota Técnica Atuarial, dentre outras possibilidades, para cobertura de eventuais oscilação de risco atuarial e econômico-financeiro, a cobertura de débitos ou de custeio relativos às despesas administrativas previdenciais, a cobertura das Contribuições Normais da Patrocinadora, bem como a sua destinação para a Conta Individual do Participante – CIP e Conta Identificada da Patrocinadora – CPI, vinculada a cada Participante, e à Conta Identificada Benefício – CIB, para os Assistidos deste Plano, atendendo, desta forma, os ditames da Resolução MPS/CGPC 26/08. O valor deste fundo em Dezembro de 2015 era de R\$ 142 mil

- **Fundo Previdencial – Plano CODEMIGPREV**

Fundo de Sobra de Resgate da Conta Identificada da Patrocinadora: Constituído pelo crédito do saldo remanescente, em quantitativo de cotas, da Conta Identificada da Patrocinadora – CPI, não destinado àqueles que fizeram a opção de resgate, sendo que o saldo deste fundo poderá ser destinado, ou não, de forma integral ou parcial, com base em decisão do Conselho Deliberativo da Fundação e mediante autorização da Patrocinadora, considerando a metodologia e critérios constantes em Nota Técnica Atuarial, dentre outras possibilidades, para cobertura de eventuais oscilação de risco atuarial e econômico-financeiro, a cobertura de débitos ou de custeio relativos às despesas administrativas previdenciais, a cobertura das Contribuições Normais da Patrocinadora, bem como a sua destinação para a Conta Individual do Participante – CIP e Conta Identificada da Patrocinadora – CPI, vinculada a cada Participante, e à Conta Identificada Benefício – CIB, para os Assistidos deste Plano, atendendo, desta forma, os ditames da Resolução MPS/CGPC 26/08.

5.11.2 **Fundo Administrativo**

O Fundo do Plano de Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é formado pelas receitas oriundas da Gestão Previdencial e de Investimentos; Resultado dos Investimentos Administrativos e Receitas Diretas da Gestão Administrativa; deduzidas das Despesas Administrativas e Contingências Administrativas, referente aos Planos de Benefícios Previdenciais

A partir do exercício social de 2010, através de exigência legal apresentada na Resolução CGPC nº 28/2009 e na Instrução SPC nº 34/2009, mantida pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, a Fundação Libertas passou a apresentar no ativo dos planos previdenciais administrados, a participação de cada plano no Fundo Administrativo, conforme demonstrado no item 5.2, tendo como contrapartida o mesmo valor no patrimônio social dos planos previdenciais.

No exercício de 2015, as seguintes movimentações foram observadas:

- Em Agosto de 2015, a fim de regularizar apontamentos realizados no Ofício 075/2015, quanto à evolução do Fundo Administrativo dos Planos Copasa, foi realizada transferência de R\$ 497 mil, do saldo do Fundo Administrativo do Plano COPASA BD para os Planos Copasa CD e Saldado
- No Plano CDI, devido à estratégia previdenciária, conforme item 1.2.1, em Outubro de 2015, o saldo do Fundo Administrativo, no valor de R\$ 350 mil foi revertido para o Plano Previdencial e posteriormente destinado aos Participantes e Assistidos. O saldo remanescente será objeto de nova destinação, no exercício de 2016.

- Conforme observado no item 5.1.2, em novembro de 2015 as discussões junto a PREVIC, em relação a Taxa de Carregamento incidente sobre os Contratos assinados com as patrocinadoras, foram concluídas. De forma que os estornos realizados reduziram o Fundo Administrativo dos respectivos planos.

6 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

6.1 Mutação do Patrimônio Social

A Mutação do Patrimônio Social é apurada pelo somatório das "Adições" deduzidos das "Destinações" correspondentes, e pode ser observada, de forma consolidada, na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social e, de forma individual, por Plano de Benefícios, na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido.

No exercício de 2015, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social também contempla os registros referentes à efetivação da estratégia previdencial do Planos CDI, ocorrida em novembro de 2015, nos seguintes montantes:

Descrição constante na DMPS - Adições / Contribuições Previdenciais		
Plano	Referencia	Valor (Em R\$ mil)
CODEMIGPREV - CD	Recebimento das transferencias das Reservas do Plano CDI - BD	R\$ 14.045
TOTAL		R\$ 14.045

Descrição constante na DMPS - Destinações / Benefícios		
Plano	Referencia	Valor (Em R\$ mil)
CDI - BD	Resgate, Transferencia para outras Entidades, Transferencia para o Plano CODEMIGPREV	(41.947)
TOTAL		(41.947)

6.2 Mutação do Ativo Líquido

A Mutação do Ativo Líquido demonstra a movimentação das contas de resultado no exercício, para cada Plano de Benefício Previdencial. É formada pelo somatório das "Adições" deduzidos das "Destinações" correspondentes.

- No grupo das Contribuições, consta os recebimentos referentes às Contribuições Normais, Contribuições Extraordinária, entrada de Portabilidade, Rentabilidade dos Contratos de Dívida, entre outras. As movimentações referentes ao exercício de 2015 pode ser assim demonstrada:

Em R\$ mil

PLANO	Contribuições (Participantes e Patrocinadora)	Rendimento dos Contratos (Patrocinadora)	Outras adições	TOTAL
COMIG – BD	-	-	143	143
CDI – BD	157	310	114	581
CODEMIGPREV – CD	2.166	-	14.050	16.216
COHAB SALDADO – BD	34	562	180	776
COHABPREV – CD	1.047	-	36	1.083
COPASA FECHADO - BD	971	4.675	4.418	10.064
COPASA SALDADO - BD	-	15.770	24	15.794
COPASA – CD	80.531	-	875	81.406
PRODEMGE FECHADO - BD	214	37	21	272
PRODEMGE SALDADO - BD	-	2.342	525	2.867
PRODEMGE - CD	11.833	7.912	403	20.148
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	1.637	318	28	1.983
IMA – BD	125	-	218	343
MGS – BD	3.287	-	114	3.401
MINASCAIXA – BD	-	-	289	289
TOTAL	102.002	31.926	21.438	155.366

- No grupo do Resultado Positivo (ou Negativo) Líquido, Consta as Rentabilidades dos Investimentos, já deduzidas da Constituição das Contingências relacionadas aos Investimentos, da Formação de eventuais Fundos de Investimento e da Taxa de Administração incidente sobre os Recursos Garantidores do Plano. As movimentações referentes ao exercício de 2015 pode ser assim demonstrada:

Em R\$ mil

PLANO	Rentabilidade dos Investimentos	Custeio Administrativo - Taxa de Administração	Constituição (Reversão) de Fundos de Investimentos	Reversão (Constituição) de Contingências de Investimento	TOTAL
COMIG – BD	227	-	-	(369)	(142)
CDI – BD	4.439	(207)	13	(297)	3.948
CODEMIGPREV – CD	1.248	(141)	(18)	-	1.089
COHAB SALDADO – BD	6.060	(3)	(2)	(350)	5.705
COHABPREV – CD	511	(56)	-	-	455
COPASA FECHADO - BD	10.655	(404)	-	(12.782)	(2.531)
COPASA SALDADO - BD	91.605	(6.518)	(28)	191	85.250
COPASA – CD	78.406	(8.951)	(188)	168	69.435
PRODEMGE FECHADO - BD	2.294	(198)	-	(1.653)	443
PRODEMGE SALDADO - BD	10.553	(579)	(5)	17	9.986
PRODEMGE - CD	22.636	(2.004)	(24)	50	20.658
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	3	-	-	-	3
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3.409	(350)	(14)	(245)	2.800
IMA – BD	1.875	(152)	-	(73)	1.650
MGS – BD	6.688	(523)	(17)	(223)	5.925
MINASCAIXA – BD	5.098	(707)	(8)	(1.965)	2.418
TOTAL	245.707	(20.793)	(291)	(17.531)	207.092

- No grupo dos Benefícios, consta os pagamentos de Benefícios de Prestação Continuada, benefícios de prestação única, bem como as portabilidades e os resgates ocorridos no plano.

PLANO	Benefícios	Portabilidade e Resgate	Outros	TOTAL
COMIG – BD	-	-	-	-
CDI – BD	(735)	(41.948)	(558)	(43.241)
CODEMIGPREV – CD	(2.190)	(999)	(144)	(3.333)
COHAB SALDADO – BD	(2.274)	-	(300)	(2.574)
COHABPREV – CD	(21)	(1.706)	(81)	(1.808)
COPASA FECHADO - BD	(2.884)	(109)	(2.282)	(5.275)
COPASA SALDADO - BD	(43.163)	(17)	(4)	(43.184)
COPASA – CD	(22.859)	(49.086)	(1.961)	(73.906)
PRODEMGE FECHADO - BD	(409)	(179)	(1.005)	(1.593)
PRODEMGE SALDADO - BD	(7.790)	-	(27)	(7.817)
PRODEMGE - CD	(9.715)	(1.568)	(388)	(11.671)
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	(2.086)	(2.772)	(188)	(5.046)
IMA – BD	(80)	(87)	(223)	(390)
MGS – BD	(889)	(934)	(1.779)	(3.602)
MINASCAIXA – BD	(158)	-	(2.578)	(2.736)
TOTAL	(95.253)	(99.405)	(11.518)	(206.176)

- No item "Custeio Administrativo, é demonstrada a Taxa de Carregamento aplicada na soma das contribuições ou benefícios, caso exista.

7 PARTES RELACIONADAS

7.1 Caixa de Assistência da PREVIMINAS

Em 31 de maio de 2001 foi realizada cisão parcial do patrimônio da PREVIMINAS (atualmente denominada Fundação Libertas), transferindo o valor de R\$ 717 mil relativo ao Plano de Assistência de seus Funcionários para a Caixa de Assistência da Previminas (Previminas Saúde), operadora de planos de saúde constituída, com CNPJ e registro na ANS, para gestão de planos de saúde coletivos.

A Previminas Saúde é uma Caixa de Assistência, criada em 29 de junho de 2000, e registrada sob o nº 104805 no Cartório de Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas com o objetivo de instituir, administrar e manter os planos assistenciais à saúde disponibilizados aos participantes e respectivos dependentes de suas associadas, na forma dos regulamentos específicos.

Até o mês de agosto de 2006, a PREVIMINAS (atualmente denominada Fundação Libertas) mantinha convênio operacional com a Caixa de Assistência da PREVIMINAS para fazer face ao atendimento assistencial de seus funcionários, diretores e das demais patrocinadoras optantes.

Conforme contrato firmado entre as partes, mensalmente era cobrada uma taxa de administração pelos serviços prestados, calculada pelo número de vidas.

No mês de agosto de 2006, a PREVIMINAS (atualmente denominada Fundação Libertas) reincorporou os planos assistenciais das patrocinadoras MGS, Fundação Libertas e COMIG. No decorrer do exercício social de 2006, a Caixa de Assistência da PREVIMINAS alienou a totalidade de sua carteira.

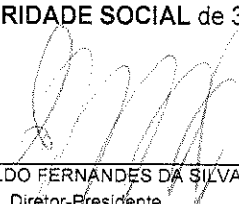
Nos exercícios de 2005, 2006 e 2007, para fazer face à inadimplência, a PREVIMINAS (atualmente denominada Fundação Libertas) constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa dos valores a receber da Caixa de Assistência da PREVIMINAS, dada à falta de repasse dos valores a receber. Em 31 de dezembro de 2007, a provisão de crédito de liquidação duvidosa já cobria a totalidade dos valores não repassados.

Os valores relativos a aluguéis a receber e taxa de administração da Caixa de Assistência da PREVIMINAS, no montante total de R\$ 4.301 mil, que já estavam 100% provisionados para perda, foram baixados no mês de setembro de 2011.


A Caixa de Assistência da PREVIMINAS permanece com o CNPJ ativo, uma vez que possui ações judiciais em curso que impedem a baixa da entidade nos órgãos fazendários municipais e estaduais.

8 INFORMAÇÕES FINAIS


Estas notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis da FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL de 31 de Dezembro de 2015.




EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
Diretor-Presidente
CPF: 066.381.258-50




EUGÊNIA BOSSI FRAGA
Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 645.372.346-87 0



CLAUDIA FERREIRA V. M. DA CUNHA BALULA
Diretora de Seguridade Social
CPF: 834.929.687-91 0



VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 014.037.246-60
CRC/MG – 092.660/O-4



DARLAN FERRAZ
Contador
CPF: 505.163.616-00
CRC/MG 065.575